



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 1ª REGIÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 04-2022

PREGÃO ELETRÔNICO

A **Procuradoria Regional da República da 1ª Região - PRR1** e esta pregoeira, designada pela Portaria/PRR1 nº 53, de 20 de maio de 2021, levam ao conhecimento dos interessados que, na forma da Lei n.º 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006 e dos Decretos nºs 10.024/2019, 8.538/2015, e subsidiariamente, da Lei n.º 8.666/1993 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, realizarão licitação na modalidade **pregão**, na forma **eletrônica**, com critério de julgamento de **menor preço por item**, em regime de empreitada por **preço unitário**, conforme as condições estabelecidas neste edital.

SESSÃO PÚBLICA

DIA: 23/05/2022

HORÁRIO: 14h (horário de Brasília/DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

CÓDIGO UASG: 200208

PROCESSO Nº: **1.01.000.000066/2022-21**

SEÇÃO I – DO OBJETO

1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa seguradora para prestação de serviço de seguro coletivo contra acidentes pessoais para os estagiários e voluntários em atividade na Procuradoria Regional da República da 1ª Região — PRR1, conforme especificações constantes do **Anexo I**, deste edital.

2. Em caso de discordância entre as especificações do objeto contidas no Portal de Compras do Governo Federal e as constantes no Anexo I deste edital, prevalecerão as últimas.

SEÇÃO II – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3. A despesa **mensal** com a execução do objeto é estimada em **R\$ 279,36** (duzentos e setenta e nove reais e trinta e seis centavos).

SEÇÃO III – DO CREDENCIAMENTO

4. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória pregão, em sua forma eletrônica.

5. Para ter acesso ao sistema eletrônico, o licitante deverá estar devidamente cadastrado no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br/>), bem como no

SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP – Brasil.

6. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este pregão.

7. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

8. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

SEÇÃO IV – DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

9. Poderão participar desta licitação, pessoas jurídicas que explorem ramo de atividade compatível com o objeto e que atendam às condições exigidas neste edital e seus anexos.

10. Não poderão participar deste pregão:

10.1. Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição.

a) É vedada a participação de empresas reunidas em consórcio pois as licitações que permitem essa participação são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica, situação que não se amolda ao caso.

10.2. Empresas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, concordata, concurso de credores, dissolução e liquidação.

a) No caso de empresa em recuperação judicial a sua participação será permitida desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente ou decisão judicial equivalente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº 8666/1993, conforme previsto no Acórdão TCU nº 8.271/2011 – 2ª Câmara.

10.3. Empresas que tenham em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia

e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, consoante art. 3º da Resolução nº 37/2009, com redação dada pela Resolução CNMP nº 172/2017.

- 10.4. Empresas que tenham sido punidas com suspensão temporária de participação em licitação com a Procuradoria Regional da República da 1ª Região, durante o prazo da sanção aplicada.
- 10.5. Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação.
- 10.6. Empresas que tenham sofrido a penalidade de impedimento de licitar ou contratar com a União, durante o período da sanção aplicada.
- 10.7. Empresário proibido de contratar com o Poder Público, considerando o disposto no inciso V do § 8º do art. 72 da Lei nº 9.605/1998 e no art. 12 da Lei nº 8.429/1992.
- 10.8. Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/1993:
 - a) Considera-se “participação indireta”, a que se refere o art. 9º da Lei nº 8.666/1993, a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no citado dispositivo legal figure como sócia, sendo irrelevante o seu conhecimento técnico sobre o objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.
- 10.9. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País.
- 10.10. Sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, bem como o disposto no Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a AGU.
11. Como condição para participação no pregão, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que:
 - 11.1. Inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
 - 11.2. Para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/1993, acrescido pela Lei nº 9.854/1999, não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, art. 7º da Constituição Federal.
 - 11.3. A proposta foi elaborada de forma independente.

- 11.4. Não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos dos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
- 11.5. Conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, está ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da empresa, atende às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 11.6. Cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.
- 11.7. Cumpre os requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.
12. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste edital.
13. É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição do Ministério Público para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º da Resolução CNMP nº 177/2017 – cf. art. 4º dessa Resolução.

SEÇÃO V – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

14. O licitante deverá encaminhar, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os **documentos de habilitação** exigidos no edital, **proposta** com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 14.1. O sistema disponibilizará para o licitante dois campos específicos para encaminhamento da proposta e documentos de habilitação, não sendo permitido o envio desses documentos após o início da sessão, exceto os complementares, se solicitados pelo Pregoeiro, e a proposta ajustada, na forma do item 43 deste edital.
15. Qualquer elemento que possa identificar o licitante, nos campos de cadastramento dos itens do sistema *comprasnet*, importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.
16. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
17. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

18. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
19. O licitante deverá preencher, no sistema eletrônico, o valor total do item, descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.
20. A proposta deverá ser apresentada, em moeda nacional, conforme Anexo II do Termo de Referência, já consideradas todas as despesas diretas e indiretas com o fornecimento de peças e materiais e demais valores e encargos necessários à perfeita execução do objeto.
21. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
22. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
23. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

SEÇÃO VI – DA ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

24. A partir do dia e horário previstos no preâmbulo deste edital, a sessão pública será aberta, por comando do Pregoeiro, no sítio www.gov.br/compras/pt-br/.
25. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
26. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
27. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que contenham vícios insanáveis, que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência e a proposta que identifique o licitante.
28. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
29. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

SEÇÃO VII – DA ETAPA DE LANCES

30. Classificadas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.
31. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

32. Durante a fase de lances, o licitante será informado, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.

33. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

34. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

35. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

36. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

37. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

38. Neste pregão o modo de disputa adotado é o “aberto”, assim definido no inciso I, art. 31 do Decreto nº 10.024/2019.

38.1. A etapa de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos, e após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

38.2. O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, 1% (um por cento), tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

39. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

40. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

41. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

SEÇÃO VIII – DA NEGOCIAÇÃO

42. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

42.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

SEÇÃO IX – DA ACEITAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

43. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas envie a proposta adequada ao último lance ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados.

44. O não encaminhamento da proposta, conforme prazo estipulado no edital, caracteriza desistência para fins de aplicação das sanções previstas neste edital.

44.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

45. O Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

45.1. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da PRR1ª ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

46. O Pregoeiro deverá suspender a sessão pública do pregão quando constatar que a avaliação da conformidade das propostas, de que trata o art. 28, do Decreto n.º 10.024/2019, perdurará por mais de um dia.

46.1. Após a suspensão da sessão pública, o Pregoeiro enviará, via *chat*, mensagens aos licitantes informando a data e o horário previstos para o início da oferta de lances.

47. Será considerada vencedora a proposta com o **MENOR PREÇO POR ITEM**, desde que atendidos todos requisitos constantes do Anexo I deste edital.

48. Não serão aceitas as propostas que apresentarem preço superior ao valor máximo mensal, ou seja, **R\$ 279,36 (duzentos e setenta e nove reais e trinta e seis centavos)**, conforme item 4 do Termo de Referência.

49. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Para tanto, poderá solicitar retificações necessárias, quanto a erros encontrados ou que apresentarem percentuais em desacordo com a legislação vigente ou com os acórdãos do TCU, desde que não ultrapasse o preço final ofertado pela licitante, podendo efetuar quantas convocações forem necessárias. Sendo possível, excepcionalmente, desde que justificado o equívoco ou falha do licitante, após avaliação do pregoeiro, ser solicitado

documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta (Acórdão TCU nº 1.211/2021 – Plenário).

50. Se houver indícios de inexecutibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP Nº 5/2017, para que a empresa comprove a executibilidade da proposta.

51. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

SEÇÃO X – DA HABILITAÇÃO

52. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

52.1. SICAF;

52.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>; Consulta no Conselho Nacional de Justiça: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php e consulta no Portal da Transparência da Controladoria-Geral da União: <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/>.

52.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

52.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

52.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

52.6. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

52.7. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

53. A habilitação dos licitantes será verificada por meio dos documentos abaixo:

53.1. Habilitação jurídica:

- a) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- b) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.
- c) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

53.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

53.3. Regularidade fiscal e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional, admitida a certidão positiva com efeitos de negativa, na forma da lei.
- c) Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual/Municipal ou Distrital, conforme o domicílio ou sede da licitante, admitida a certidão positiva com efeito de negativa ou equivalente, na forma da lei.
- d) Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade de FGTS – CRF).
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.

53.4. Qualificação econômico-financeira:

- a) Certidão Negativa de Falência, Concordata, recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo Cartório de Distribuição da sede da pessoa jurídica.
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, regulamentos e registrados na Junta Comercial, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser

atualizado por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da sessão pública de abertura deste pregão, devendo comprovar:

- I. Patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, quando qualquer dos índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral for igual ou inferior a 1.

53.5. Qualificação técnico-operacional:

- a) Certificado de inscrição e regularidade junto ao órgão que regulamenta o funcionamento e a operação das Sociedades Seguradoras junto à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

54. Serão, também, exigidos os seguintes documentos **complementares**:

54.1. Declaração de Regularidade quanto à Resolução CNMP nº 172/2017 – conforme Anexo II, deste edital.

54.2. Declaração de inexistência de trabalho escravo, não exploração de trabalho infantojuvenil e não discriminação – conforme Anexo III, deste edital.

- a) Os documentos constantes dos subitens anteriores poderão ser enviados juntos à proposta ajustada, quando solicitada pelo Pregoeiro.

55. As empresas ficam desobrigadas de apresentar os documentos constantes nos itens **53.1 a 53.4**, desde que o cadastramento no SICAF esteja válido e atualizado.

56. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

57. O descumprimento do item acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme §3º do art. 43 do Decreto nº 10.024/2019.

58. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

59. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

59.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

60. Documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, deverão, mediante solicitação do Pregoeiro, ser enviados juntamente à proposta adequada ao último lance.

61. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

62. No caso de participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.

62.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser estrangeiro, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos de habilitação deverão ser traduzidos por tradutor juramentado no país e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660/2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

SEÇÃO XI – DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

63. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação nesta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, nos termos do § 1º, art. 43 da LC nº 123/2006.

63.1. Havendo alguma restrição, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o licitante for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração e a pedido do licitante, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

63.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto na sub-condição anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 49 do Decreto nº 10.024/2019, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

64. Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, o autor do lance de menor valor será declarado vencedor.

SEÇÃO XII – DO PAGAMENTO

65. Conforme **item 11** do Termo de Referência, Anexo I deste edital.

SEÇÃO XIII – DO RECEBIMENTO

66. Conforme **item 8** do Termo de Referência, Anexo I deste edital.

SEÇÃO XIV – DO TERMO DE CONTRATO

67. Depois de homologado o resultado deste pregão, o licitante vencedor será convocado para assinatura do contrato, conforme minuta constante no Anexo IV do edital.

- 67.1. O prazo para assinatura será de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 67.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 67.3. O instrumento será firmado por meio de assinatura eletrônica, certificada pelo Sistema de Peticionamento Eletrônico do MPF.
68. O prazo de vigência da contratação é **de 12 (doze) meses**, contados a partir da sua assinatura podendo ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos subsequentes, mediante Termos Aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, após a verificação da real necessidade e com vantagens à Administração na continuidade do Contrato, nos termos do inciso II do Art. 57, da Lei nº 8.666/93.
69. As apólices, os certificados de seguro e os endossos terão seu início e término de vigência às 24 (vinte e quatro) horas das datas para tal fim neles indicadas.
70. Previamente à contratação a Administração consultará o SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da IN SEGES nº 3/2018, e nos termos do inciso III do art. 6 da Lei nº 10.522/2002, consulta prévia ao CADIN.
71. Verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se o licitante vencedor mantém as condições de habilitação exigidas no Edital, que deverão ser mantidas durante a vigência do contrato.
72. Quando o licitante convocado não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidos ou não comprovar as condições de habilitação consignadas no Edital, a Administração poderá convocar outro licitante para assinar o contrato, após negociações e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação.

SEÇÃO XV – DA IMPUGNAÇÃO E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

73. Qualquer pessoa pode solicitar a impugnação do ato convocatório do pregão, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio do e-mail pr1-cpl@mpf.mp.br, na forma do art. 24 do Decreto nº 10.024/2019.
74. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
75. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

76. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório devem ser enviados ao Pregoeiro até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio do e-mail **prp1-cpl@mpf.mp.br**, conforme art. 23 do Decreto nº 10.024/2019.

77. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

78. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

78.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

78.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

SEÇÃO XVI – DOS RECURSOS

79. Declarado o vencedor, o Pregoeiro abrirá prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, em campo próprio do sistema, intenção de recorrer, sendo, em caso de deferimento, concedido-lhe o prazo de 3 (três) dias para a apresentação das razões do recurso.

80. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará preclusão do direito recursal.

81. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

82. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

83. Os demais licitantes ficarão, intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões em outros três dias, que começarão a contar da data final do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

84. O Pregoeiro analisará o recurso em 5 (cinco) dias úteis podendo reconsiderar a sua decisão, ou, no caso de não alteração, encaminhá-lo ao ordenador de despesas da PRR-1ª Região, para apreciação e decisão no mesmo prazo.

SEÇÃO XVII – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

85. O objeto deste pregão será adjudicado pelo Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá à autoridade competente para homologação.

86. A homologação deste pregão compete ao Secretário Regional da PRR-1ª Região.

87. Encerrada a sessão pública, a ata será disponibilizada imediatamente na internet no endereço eletrônico: <http://www.transparencia.mpf.mp.br/> para acesso livre de todos os licitantes e da sociedade.

SEÇÃO XVIII – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

88. O licitante que, dentro do prazo de validade de sua proposta não assinar o contrato ou a ata de registro de preços, não entregar a documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, causar o atraso na execução do objeto, não mantiver a proposta, falhar e fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, declarar informações falsas e cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

89. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

90. O licitante vencedor poderá se sujeitar a uma das sanções administrativas previstas nos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, a ser aplicada pela autoridade competente, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito a ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos porventura causados à Administração, e das cabíveis cominações legais.

91. A aplicação da sanção prevista no inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/1993 e os recursos relativos às penalidades de suspensão e impedimento de licitar são de competência exclusiva do(a) Procurador(a)-Geral da República.

92. A aplicação da sanção prevista no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 é de competência do(a) Procurador(a)-Chefe da Procuradoria Regional da República da 1ª Região.

93. Em qualquer das hipóteses de aplicação de sanções previstas nesta seção, é assegurada defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação, salvo nos casos de declaração de inidoneidade e impedimento de licitar, em que o prazo será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

94. Os atos administrativos de aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/1993 e no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União.

SEÇÃO XIX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

95. Nenhuma indenização será devida aos licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente pregão.

96. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

97. É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

98. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que, durante a realização da sessão pública do pregão, seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

99. Os casos não previstos neste edital serão decididos pelo Pregoeiro.

SEÇÃO XX – DOS ANEXOS

100. São partes integrantes deste edital os seguintes anexos:

100.1. **Anexo I** – Termo de Referência;

a) **Anexo I** do Termo de Referência – TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO;

b) **Anexo II** do Termo de Referência – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;

100.2. **Anexo II** – Declaração de regularidade quanto à Resolução CNMP n.º 172/2017;

100.3. **Anexo III** – Declaração de inexistência de trabalho escravo e não exploração de trabalho infantil;

100.4. **Anexo IV** – Minuta do Contrato.

Rosimeire Rufino da Rocha
Pregoeira

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1 – DO OBJETO

Contratação de empresa seguradora visando à prestação de serviço de seguro coletivo contra acidentes pessoais para os estagiários e voluntários em plena atividade na Procuradoria Regional da República 1ª Região – PRR1, doravante denominada CONTRATANTE.

2 – DA JUSTIFICATIVA

2.1 Da contratação e do caráter contínuo da contratação

Trata-se de serviço essencial para o cumprimento do que preceitua o art. 9º, Inciso IV da Lei nº 11.788/08, bem como o art. 7º da Portaria PGR nº 378, de 09 de agosto de 2010:

Art. 7º Cada unidade gestora deverá providenciar a contratação de seguro contra acidentes pessoais em favor dos estagiários, mediante Apólice Coletiva de Seguro, cujo número total de vidas seguradas corresponderá ao respectivo limite de vagas de estágio.

No mesmo esteio, versa o art. 18 da Portaria PGR/MPF nº 1240, de 22 de novembro de 2017:

Art. 18. Cada unidade gestora deverá providenciar a contratação de seguro contra acidentes pessoais em favor dos voluntários, mediante Apólice Coletiva de Seguro, cujo número total de vidas seguradas corresponderá ao respectivo limite de voluntários.

O objeto desta contratação é considerado serviço de natureza continuada no âmbito do Ministério Público Federal, conforme o art. 1º, inciso XLI da Instrução Normativa MPF nº 1, de 8 de fevereiro de 2018:

*Art. 1º No âmbito do Ministério Público Federal, as seguintes contratações são consideradas serviços de natureza continuada:
XLI. Seguro de vida para estagiários e voluntários;*

Ademais, a eventual interrupção do serviço pode acarretar prejuízos ao andamento das atividades do órgão, bem como a ruptura da responsabilidade social do Ministério Público na promoção da cidadania, na cooperação, no desenvolvimento de habilidades próprias da atividade profissional, na preparação para o trabalho produtivo e no aperfeiçoamento técnico cultural e científico.

2.2 Do enquadramento do objeto a ser contratado

O Objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns de que trata a Lei nº 10.520/02 e o Decreto nº 10.024/19, por possuir padrões de desempenho e

características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade pregão, preferencialmente na forma eletrônica.

2.3 Da participação na Licitação

A licitação não será exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme estabelecido no Art. 3º, §4º, VIII, da Lei Complementar nº 123/2006, in verbis:

Art. 3º

(...)

§4º Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art. 12 desta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

(...)

VIII - que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar.

3 – DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS/COBERTURAS/DESCRIÇÃO DO SEGURO

3.1 Tipo de seguro: Seguro Coletivo de Acidentes Pessoais.

3.1.1 Considera-se “acidente pessoal” o evento com data caracterizada, exclusivo e diretamente externo, súbito, involuntário e violento, causador de lesão física que, por si só e independentemente de toda e qualquer outra causa, tenha como consequência direta a morte ou invalidez permanente total ou parcial, do segurado ou torne necessário tratamento médico.

3.2 Incluem-se, ainda, no conceito de acidente pessoal as lesões decorrentes de:

3.2.1 Suicídio ou a sua tentativa, que será equiparado, para fins de indenização, a acidente pessoal, observada a legislação em vigor;

3.2.2 Ação da temperatura do ambiente ou influência atmosférica, quando a elas o segurado ficar sujeito em decorrência de acidente coberto;

3.2.3 Escapamento acidental de gases e vapores;

3.2.4 Sequestros e tentativas de sequestros, dos quais o segurado seja a vítima;

3.2.5 Alterações anatômicas ou funcionais da coluna vertebral, de origem traumática, causadas exclusivamente por fraturas ou luxações radiologicamente comprovadas.

3.3 Não se incluem no conceito de acidente pessoal:

3.3.1 Doenças (incluídas as profissionais), moléstias ou enfermidades, quaisquer que sejam suas causas, ainda que provocadas, desencadeadas ou agravadas, direta ou indiretamente por acidente coberto;

3.3.2 Intercorrências ou complicações consequentes da realização de exames, tratamentos clínicos ou cirúrgicos, quando não decorrentes de acidentes não cobertos;

3.3.3 Lesões decorrentes, dependentes, predispostas ou facilitadas por esforços repetidos ou microtraumas cumulativos, ou que tenham relações de causa e efeito com os mesmos, assim como as lesões classificadas como: Lesão por Esforços Repetitivos – LER, Lesões Osteo musculares Relacionadas ao Trabalho – DORT, Lesão por Trauma Continuado ou Contínuo – LTC, os similares que venham a ser aceitas pela classe médico científica, bem como as suas consequências pós-tratamentos, inclusive cirúrgicos, em qualquer tempo;

3.3.4 Situações reconhecidas por instituições oficiais de previdência ou assemelhadas, como “invalidez acidentária”, nas quais o evento causador da lesão não se enquadre integralmente na caracterização da invalidez por acidente pessoal, definido nos subitens 3.1.1 e 3.2.

3.4 Da forma de execução da contratação: indireta, em regime de empreitada por preço unitário.

3.5 Grupo de segurados: 144 vidas

3.5.1 O quantitativo de que trata este item corresponde a uma estimativa. Desse modo, a CONTRATANTE não se obriga a atingir um número mínimo de vidas para fins de pagamento à CONTRATADA.

3.6 Aceitação dos segurados

3.6.1 A CONTRATADA deve assumir o excedente do quantitativo de vidas até o limite de 25%, com ônus para o CONTRATANTE, proporcional ao acréscimo efetivamente ocorrido no número total de segurados informado no presente Termo de Referência.

3.6.2 Os novos componentes serão incluídos no seguro a partir da data de início no programa de estágio ou serviço voluntário, por adesão ao contrato, podendo ser exigido, para análise de aceitação, o preenchimento de cartão proposta.

3.6.2.1 Caso a CONTRATADA não solicite o preenchimento de cartão proposta, não poderá ser alegada preexistência de doença para não pagamento de indenização, uma vez que o segurado só deve informar ter conhecimento de eventual doença preexistente se for questionado.

3.6.3 A cada componente incluído no seguro deve ser enviado um Certificado Individual, que deve conter os elementos mínimos previstos em lei.

3.6.4 Quaisquer alterações e modificações nas cláusulas contratuais somente terão validade se ratificadas por escritos pela CONTRATADA e pelo estipulante.

3.6.5 A CONTRATADA terá um prazo de 5 (cinco) dias úteis da data de recebimento da proposta de adesão para manifestar-se sobre a aceitação da proposta, seja para seguros novos ou renovações, bem como para as alterações que impliquem modificações do risco.

3.6.5.1 Caso seja solicitado algum documento ou exame complementar, esse prazo ficará suspenso, voltando a correr a partir da data em que se der a entrega da documentação à CONTRATADA.

3.6.5.2 A não aceitação da proposta de adesão deverá ser obrigatoriamente comunicada ao estipulante por escrito, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados do

protocolo de recebimento, com a justificativa do motivo da recusa e dispondo de todos os valores a ela destinados.

3.6.5.3 Caso não haja o pronunciamento da CONTRATADA no prazo acima definido, a aceitação do seguro será tácita.

3.7 Coberturas e capital segurado

3.7.1 As coberturas do seguro podem ser divididas em básicas e adicionais, devendo abranger pelo menos uma das coberturas básicas, quando adotada a estruturação de coberturas básicas e adicionais.

3.7.1.1 As coberturas previstas para este seguro são:

I – Cobertura Básica:

a) Morte Acidental (MA)

II – Coberturas Adicionais:

a) Invalidez permanente Total ou Parcial por Acidente;

b) Despesas Médicas, Hospitalares e Odontológicas (DMHO).

3.7.1.2 O Quadro abaixo informa o valor do capital segurado nas seguintes coberturas:

COBERTURAS	CAPITAL SEGURADO EM (R\$)
Morte Acidental – indenização a ser paga ao beneficiário em caso de morte acidental do segurado.	25.000,00
Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente – indenização a ser paga proporcionalmente ao grau de invalidez, relativa à perda ou impotência funcional definitiva, total ou parcial, de membro ou órgão em virtude de lesão física causada por acidente.	25.000,00
Despesas Médicas, Hospitalares e Odontológicas – indenização a ser paga de acidente sofrido pelo segurado.	3% do capital segurado (R\$ 750,00)

3.7.2 No caso de divergências sobre a causa, natureza ou extensão de lesões, bem como a avaliação da incapacidade relacionada ao segurado, a CONTRATADA deverá propor ao segurado, por meio de correspondência escrita, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da contestação, a constituição de junta médica.

3.7.2.1 A junta médica será constituída por 3 (três) membros, sendo um nomeado pela CONTRATADA, outra pelo segurado e um terceiro, desempatador, escolhido pelos dois nomeados.

3.7.2.2 Cada uma das partes pagará os honorários do médico que tiver designado; os do terceiro serão pagos, em partes iguais, pelo segurado e pela CONTRATADA.

3.7.2.3 O prazo para constituição da junta médica será de, no máximo, 15 (quinze) dias úteis a contar da data da indicação do membro nomeado pelo segurado.

3.7.3 Cobertura por Morte Acidental

3.7.3.1 Indenização a ser paga ao beneficiário em caso de morte acidental do segurado, exceto se for decorrente dos riscos excluídos definidos nas condições gerais da apólice.

3.7.4 Cobertura por invalidez

3.7.4.1 A cobertura de invalidez permanente por acidente garante o pagamento de indenização relativa à perda, à redução ou à impotência funcional definitiva, total ou parcial, de um membro ou órgão por lesão física, causada por acidente pessoal coberto, observados os riscos excluídos.

3.7.4.2 A invalidez permanente deve ser comprovada por meio de declaração médica subscrita por profissional devidamente habilitado na sua área de especialização.

3.7.4.3 Após conclusão do tratamento, ou esgotados os recursos terapêuticos disponíveis para recuperação, e constatada e avaliada a invalidez permanente quando da alta médica definitiva, a CONTRATADA deve pagar uma indenização, de acordo com os percentuais estabelecidos nas condições do contrato, conforme especificado na tabela a seguir:

Tabela – Cálculo da Indenização em Caso de Invalidez Permanente

Invalidez Permanente Total	
Discriminação	% sobre importância segurada
Perda total da visão de ambos os olhos	100
Perda total do uso de ambos os membros superiores	100
Perda total do uso de ambos os membros inferiores	100
Perda total do uso de ambas as mãos	100
Perda total do uso de um membro superior e um membro inferior	100
Perda total do uso de uma das mãos e de um dos pés	100
Perda total do uso de ambos os pés	100
Alienação mental total e incurável	100
Invalidez Permanente Parcial –Diversos	
Discriminação	% sobre importância segurada
Perda total da visão de um olho	30
Perda total da visão de um olho, quando o segurado já não tiver a outra vista	70
Surdez total incurável de ambos os ouvidos	40
Surdez total incurável de um dos ouvidos	20

Mudez incurável	50
Fratura não consolidada do maxilar inferior	20
Imobilidade do segmento cervical da coluna vertebral	20
Imobilidade do segmento tóraco-lombo-sacro da coluna vertebral	25
Invalidez Permanente Parcial – Membros Superiores	
Discriminação	% sobre importância segurada
Perda total do uso de um dos membros superiores	70
Perda total do uso de uma das mãos	60
Fratura não consolidada de um dos úmeros	50
Fratura não consolidada de um dos segmentos rádio-ulnares	30
Anquilose total de um dos ombros	25
Anquilose total de um dos cotovelos	25
Anquilose total de um dos punhos	20
Perda total do uso de um dos polegares, inclusive o metacarpiano	25
Perda total do uso de um dos polegares, exclusive o metacarpiano	18
Perda total do uso da falange distal do polegar	9
Perda total do uso de um dos dedos indicadores	15
Perda total do uso de um dos dedos mínimos ou um dos dedos médios	12
Perda total do uso de um dos dedos anulares	9
Perda total do uso de qualquer falange, excluídas as do polegar: indenização equivalente a 1/3 do valor do dedo respectivo	---
Invalidez Permanente Parcial – Membros Inferiores	
Discriminação	% sobre importância segurada
Perda total do uso de um dos membros inferiores	70
Perda total do uso de um dos pés	50
Fratura não consolidada de um fêmur	50
Fratura não consolidada de um dos segmentos tíbio peroneiros (perna)	25
Fratura não consolidada da rótula	20
Fratura não consolidada de um pé	20
Anquilose total de um dos joelhos	20
Anquilose total de um dos tornozelos	20
Anquilose total de um dos quadris	20

Perda parcial de um dos pés, isto é, perda de todos os dedos e de uma parte do mesmo pé	25
Amputação do 1º (primeiro) dedo	10
Amputação de qualquer outro dedo	3
Perda total do uso de uma falange do 1º dedo: indenização equivalente 1/2, e dos demais dedos, equivalente a 1/3 do respectivo dedo	---
Encurtamento de um dos membros inferiores: de 5 (cinco) centímetros ou mais de 4 (quatro) centímetros de 3 (três) centímetros	
	15
	10
	6
	Sem pagamento
Menos de 3 (três) centímetros: sem indenização	

(*) Conforme dados consignados na Circular SUSEP nº 029/1991

3.7.4.3.1 Não ficando abolidas por completo as funções do membro ou órgão lesado, a indenização por perda parcial é calculada pela aplicação, à percentagem prevista no plano para sua perda total, do grau de redução funcional apresentado.

3.7.4.3.2 Na falta de indicação exata do grau de redução funcional apresentado, e sendo o referido grau classificado apenas como máximo, médio ou mínimo, a indenização será calculada, na base das percentagens de 75%, 50% e 25%, respectivamente.

3.7.4.3.3 Nos casos não especificados no plano do seguro, o cálculo da indenização é estabelecido tomando-se por base a diminuição permanente da capacidade física do segurado, independentemente de sua profissão.

3.7.4.3.4 Quando do mesmo acidente resultar invalidez de mais de um membro ou órgão, a indenização deve ser calculada somando-se as percentagens respectivas, cujo total não pode exceder a 100% (cem por cento).

3.7.4.3.5 Havendo duas ou mais lesões em um mesmo membro ou órgão, a soma das percentagens correspondentes não pode exceder à da indenização prevista para sua perda total.

3.7.4.3.6 Para efeito de indenização, a perda ou maior redução funcional de um membro ou órgão já defeituoso antes do acidente, deve ser deduzida do grau de invalidez definitiva.

3.7.4.3.7 A perda de dentes e os danos estéticos não dão direito à indenização por invalidez permanente.

3.7.4.3.8 A aposentadoria por invalidez concedida por instituições oficiais de previdência, ou assemelhadas, não caracteriza por si só o estado de invalidez permanente, para fins de doença ou acidente.

3.7.5 Cobertura de Despesas Médicas, Hospitalares e Odontológicas

3.7.5.1 A cobertura de despesas médicas, hospitalares e odontológicas garante o reembolso, limitado ao capital segurado de despesas médicas, hospitalares e odontológicas efetuadas pelo segurado para seu tratamento, sob orientação médica, iniciado nos 30 (trinta) primeiros dias contados da data do acidente pessoal coberto.

3.7.5.2 Não estão abrangidas na cobertura descrita no caput as despesas decorrentes de:

a) estados de convalescença (após a alta médica) e as despesas de acompanhantes.

b) aparelhos que se referem à órteses de qualquer natureza e à prótese de caráter permanente, salvo as próteses pela perda de dentes naturais.

3.7.5.3 Cabe ao segurado a escolha dos prestadores de serviços médicos, hospitalares e odontológicos, desde que legalmente habilitados.

3.7.5.4 As despesas médicas, hospitalares e odontológicas deverão ser devidamente comprovadas, nos termos estabelecidos nas condições contratuais.

3.7.6 Da cessação da Cobertura e perda dos direitos

3.7.6.1 Respeitado o período correspondente ao prêmio pago, a cobertura de cada segurado cessa automaticamente no final do prazo de vigência da apólice, se esta não for renovada.

3.7.6.2 Na hipótese do segurado, seus prepostos ou seus beneficiários agirem com dolo, fraude ou simulação na contratação do seguro, durante sua vigência, ou ainda para obter ou majorar a indenização, dá-se automaticamente a caducidade do seguro, sem restituição dos prêmios, ficando a CONTRATADA isenta de qualquer responsabilidade.

3.7.6.2.1 Nos seguros contratados por pessoas jurídicas, o disposto acima aplica-se aos administradores legais, aos beneficiários e aos seus respectivos representante.

3.7.6.3 A cobertura prevista neste instrumento se extingue, ainda, pela ocorrência de Morte e de Invalidez Permanente Total por Acidente do segurado, com o pagamento do respectivo capital segurado.

3.7.6.4 O segurado perderá o direito à indenização se agravar intencionalmente o risco.

3.7.6.4.1 Se o segurado ou seu representante fizer declarações inexatas ou omitir circunstâncias que possam influir na aceitação da proposta ou no valor do prêmio, ficará prejudicado o direito à indenização, além de estar o segurado obrigado ao pagamento do prêmio vencido.

3.7.6.5 O segurado perderá o direito ao pagamento do capital segurado em caso de inobservância das obrigações convencionadas nas condições deste instrumento.

3.7.6.6 O segurado está obrigado a comunicar à CONTRATADA, logo que o saiba, qualquer fato suscetível de agravar o risco coberto, sob pena de perder o direito à cobertura, se ficar comprovado que silenciou de má-fé.

3.7.6.7 No caso de não ocorrer o cancelamento imediato da apólice ou do certificado individual por inadimplência do CONTRATANTE ou do estipulante deverá ser adotada uma das seguintes hipóteses pela CONTRATADA:

3.7.6.7.1 Cobertura dos sinistros ocorridos durante o período de inadimplência, com a consequente cobrança do prêmio devido ou, quando for o caso, seu abatimento da indenização paga ao(s) beneficiário(s); ou

3.7.6.7.2 Não cobertura dos sinistros ocorridos durante o período de inadimplência, sendo vedada a cobrança dos prêmios referentes a este período.

3.8 Riscos excluídos

3.8.1 Estão excluídos das coberturas do seguro os eventos ocorridos em consequência:

3.8.1.1 De doenças preexistentes à contratação do seguro, de conhecimento do Segurado e não declaradas na proposta de adesão;

3.8.1.2 Epidemias desde que declaradas pelos órgãos competentes;

3.8.1.3 Doação e transplante intervivos; e

3.8.1.4 Suicídio cometido dentro dos primeiros 24 meses de vigência do Seguro ou da sua recondução depois de suspenso.

3.8.2 Também ficam excluídos os acidentes e/ou eventos ocorridos em consequência:

3.8.2.1 Tufões, furacões, ciclones, terremotos, maremotos, erupções vulcânicas e outras convulsões da natureza;

3.8.2.2 De ato reconhecidamente perigoso que não seja motivado por necessidade justificada;

3.8.2.3 Quaisquer consequências decorrentes de atos ilícitos dolosos praticados pelo segurado, pelo beneficiário ou pelo representante de um ou de outro;

3.8.2.4 Do segurado dirigir veículo automotor, ou qualquer outro tipo de veículo e/ou equipamento que requeiram aptidão, sem que possua habilitação legal e apropriada.

3.8.3 Estão também excluídos das coberturas do seguro, quaisquer pagamentos, mesmo em consequência de evento coberto, decorrentes de:

3.8.3.1 Danos morais e estéticos: pela natureza compensatória, não se encontram cobertos pela presente apólice as indenizações por danos morais e estéticos, decorrentes de qualquer evento coberto por este contrato, no qual esteja o segurado obrigado a pagar, sejam elas provenientes de ação judicial ou extrajudicial, bem como nos casos de acordo amigável. Dano estético é todo e qualquer dano físico/corporal causado a pessoas que, embora não acarretando sequelas, interfiram no funcionamento do organismo, impliquem em redução ou eliminação dos padrões de beleza ou estética. Dano moral é toda e qualquer ofensa ou violação que, mesmo sem ferir ou causar estragos aos bens patrimoniais de uma pessoa, ofenda seus princípios e valores de ordem moral, tais como os que se referem à sua honra, aos seus sentimentos, à sua dignidade e/ou à sua família, sendo em contraposição ao patrimônio material, tudo aquilo que não seja suscetível de valor econômico, ficando a cargo do juiz no processo o reconhecimento da existência de tal dano bem como a fixação de sua extensão e eventual reparação, devendo ser sempre caracterizado como uma punição que se direciona especificamente contra o efetivo causador dos danos.

3.8.3.2 Lucros cessantes resultantes da paralisação, temporária ou definitiva, das atividades profissionais do Segurado em virtude da ocorrência de qualquer risco coberto e indenizável.

3.8.3.3 Perdas e danos decorrentes, direta ou indiretamente, de qualquer evento, mesmo quando coberto pela apólice.

3.8.4 Sem prejuízo das exclusões anteriores, também estão excluídos quaisquer tipos de eventos decorrentes de agravamento de risco ocasionados intencionalmente pelo segurado, situação em que este perderá o direito à garantia do seguro, conforme disposto no artigo 768 do código civil.

3.9 Capital segurado

3.9.1 Entende-se como capital segurado o valor máximo para a cobertura contratada a ser pago ou reembolsado pela CONTRATADA, no caso de ocorrência de sinistro coberto pela apólice, vigente na data do evento.

3.9.2 Considera-se como data do evento, para efeito de determinação do capital segurado, quando da liquidação dos sinistros para as coberturas de acidentes pessoais, a data do acidente.

3.9.3 A CONTRATADA não se eximirá ao pagamento do capital segurado, quando a morte ou a incapacidade do segurado provier da utilização de meio de transporte mais arriscado, da prestação de serviço militar, prática de esportes ou de atos de humanidade em auxílio de outrem.

3.9.4 O capital segurado pela garantia de despesas médico, hospitalares e odontológicas representa o limite máximo de reembolso pelo mesmo evento.

3.9.5 A reintegração do capital segurado é automática após cada acidente, sem a cobrança de prêmio adicional, desde que a invalidez seja parcial.

3.9.6 As indenizações por morte e invalidez permanente não se acumulam em consequência de um mesmo evento. Se, depois de paga a indenização por invalidez permanente por acidente, verificar-se a morte do segurado em consequência do mesmo acidente, a importância já paga por invalidez permanente deve ser deduzida do valor do capital segurado por morte.

3.9.7 O capital segurado será pago integralmente, não sendo admitido o pagamento sob a forma de renda, salvo se houver manifestação expressa do segurado neste sentido.

3.10 Da liquidação dos sinistros

3.10.1 O prazo máximo para liquidação de sinistro (pagamento de indenização) será de 30 dias, contados a partir da entrega dos documentos básicos previstos nas condições gerais do seguro.

3.10.2 Para o recebimento do capital segurado, o segurado deverá apresentar à CONTRATADA, por intermédio do estipulante, o formulário “Aviso de Sinistro”, em modelo próprio fornecido pela CONTRATADA ou, de carta registrada ou enviar e-mail dirigido à CONTRATADA.

3.10.2.1 Na comunicação por carta, deverá constar: data, hora, local e causa do sinistro.

3.10.2.2 A comunicação feita por carta ou por envio e-mail não exonera o segurado, seu representante ou seus beneficiários, da obrigação de apresentar o formulário “Aviso de Sinistro”.

3.10.2.3 O aviso de sinistro deverá ser acompanhado, conforme a natureza do evento, dos documentos básicos abaixo relacionados:

3.10.2.3.1 Em caso de Morte Acidental:

- a) “aviso de sinistro” preenchido e assinado pelo(s) beneficiário(s) ou representante(s) legal(is) e médico assistente do segurado;
- b) cópia autenticada da certidão de óbito;
- c) cópia autenticada do RG ou outro documento de identificação e CPF do segurado e do(s) beneficiário(s);
- d) cópia autenticada e atualizada (extraída após o óbito) da certidão de casamento do segurado, se houver;
- e) declaração de únicos herdeiros;
- f) cópia autenticada de declaração do INSS informando quem são os dependentes do segurado na Previdência Social;
- g) cópia autenticada da certidão de nascimento/certidão de casamento do(s) filho(s), bem como RG, CPF e comprovante de residência, caso o(s) beneficiário(s) seja(m) filho(s);
- h) boletim de ocorrência policial, se for o caso;
- i) laudo conclusivo de exame necroscópico elaborado pelo IML;
- j) carteira nacional de habilitação do falecido quando se tratar de acidente automobilístico, em que o mesmo seja condutor do veículo;
- k) cópia autenticada do CAT – Comunicação de Acidente do Trabalho, se for o caso.

3.10.2.3.2 Em Caso de Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente:

- a) “aviso de sinistro” preenchido e assinado pelo segurado ou representante(s) legal(is) e médico assistente;
- b) cópia autenticada do RG e CPF e comprovante de residência do segurado;
- c) cópia autenticada do CAT – Comunicação de Acidente do Trabalho, se for o caso;
- d) cópia autenticada do atestado de alta médica definitiva, informando as sequelas deixadas pelo acidente, discriminando o grau de redução funcional do membro ou órgão lesado;
- e) cópia autenticada de todos os resultados dos exames médicos realizados;
- f) carteira nacional de habilitação do segurado quando se tratar de acidente automobilístico, em que o mesmo tenha sido condutor do veículo.

3.10.2.4 O prazo máximo, após a entrega dos documentos básicos exigidos pela CONTRATADA, para a liquidação do sinistro será de 30 (trinta) dias.

3.10.2.5 As documentações anteriormente mencionadas não são taxativas, podendo a CONTRATADA, em caso de dúvida fundada e justificável, solicitar outras complementares para análise e elucidação do sinistro, tais como documentos médicos, atestados de autoridades administrativas, sendo que o prazo para liquidação de que trata o subitem anterior ficará suspenso até a data da entrega dos documentos complementares

solicitados e sua contagem voltará a correr a partir do dia útil subsequente àquele em que forem completamente atendidas as exigências.

3.10.2.6 Para recebimento da indenização, deverá ser plenamente provada a ocorrência do evento coberto, bem como todas as circunstâncias a ele relacionadas, sendo facultado à CONTRATADA quaisquer medidas tendentes à elucidação do sinistro.

3.10.2.7 As despesas efetuadas com a comprovação do evento e os documentos de habilitação correrão por conta dos interessados, salvo as diretamente realizadas pela CONTRATADA.

3.10.3 Se o pagamento da indenização devida ocorrer após o prazo de 30 (trinta) dias estipulados para a liquidação do sinistro, contados da entrega da documentação constante nos subitens 3.10.2.3.1 e 3.10.2.3.2, aplicar-se-á, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, correção monetária pelo índice estabelecido neste contrato, considerando-se a variação apurada entre o último índice publicado antes da data da exigibilidade da obrigação pecuniária e aquele publicado imediatamente anterior à data de sua efetiva liquidação, mais juros de mora de 6% ao ano a partir dessa data.

3.10.3.1 Os sinistros cujos pagamentos sejam efetuados dentro do próprio mês do evento não sofrerão correção.

3.10.3.2 Iniciada a vigência da cobertura, se o sinistro ocorrer dentro do prazo de pagamento do prêmio, sem que tenha sido efetuada até a data estipulada, o direito à indenização não ficará prejudicado.

3.10.4 O pagamento da indenização não deve estar condicionada a nenhuma restrição temporal adicional. Em quaisquer hipóteses os prazos previstos em lei serão analisados diante das situações concretas.

3.10.5 A tramitação de inquérito policial não é causa de indeferimento para o pagamento da indenização.

3.10.6 É vedado o condicionamento do pagamento da indenização à apresentação de documentos relacionados à tramitação e/ou conclusão de inquérito o policial, o que não implica proibição da solicitação desses documentos, quando existirem e quando forem necessários ao esclarecimento das circunstâncias do sinistro, para confirmação de cobertura técnica.

3.10.7 A CONTRATADA verificará somente a regularidade da representação quando o pagamento da indenização devido não for efetuado diretamente ao beneficiário, sem a exigência de alvará judicial.

3.10.8 Não serão exigidas certidões de nascimento atualizadas para fins de liquidação de sinistros.

3.10.9 No caso de invalidez parcial, o capital segurado será automaticamente reintegrado após cada sinistro.

3.11 Dos beneficiários

3.11.1 Cabe exclusivamente ao segurado nomear ou substituir seus beneficiários, através de documento escrito.

3.11.2 No caso de Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente, o próprio segurado será o beneficiário.

3.11.3 Se o segurado não renunciar à faculdade, ou se o seguro não tiver como causa declarada a garantia de alguma obrigação, é lícita a substituição do beneficiário, por ato entre vivos ou de última vontade.

3.11.3.1 Se a CONTRATADA não for cientificada oportunamente da substituição, desobrigar-se-á pagando o capital segurado ao antigo beneficiário.

3.11.4 Na falta de indicação expressa de beneficiário ou, se por qualquer motivo não prevalecer a que for feita, serão beneficiários aqueles indicados por lei:

a) Para segurado casado ou em união estável, 50% ao cônjuge ou companheiro(a) devidamente reconhecido(a) na forma da lei, se houver, e 50% aos herdeiros legais, obedecida a ordem de vocação hereditária;

b) Na falta dos herdeiros legais, será pago 100% da indenização ao cônjuge ou companheiro(a) devidamente reconhecido(a) na forma da lei;

c) Na falta do cônjuge ou companheiro(a) devidamente reconhecido(a) na forma da lei, será pago 100% da indenização aos herdeiros legais do segurado, obedecida a ordem de vocação hereditária;

d) Na falta de cônjuge, companheiro(a) devidamente reconhecido(a) na forma da lei, e herdeiros legais, respeitada a ordem de vocação hereditária, serão beneficiários os que provarem que a morte do segurado os privou dos meios necessários à subsistência.

3.11.5 É válida a instituição de companheiro como beneficiário, se ao tempo do contrato o segurado era separado judicialmente ou já se encontrava separado de fato.

3.11.6 Se não for exigida a apresentação do cartão proposta, deverá ser incluído no certificado individual, informação de que cada segurado, a qualquer tempo, poderá expressamente designar ou substituir os beneficiários do seguro.

3.12 Da carência e franquia

3.12.1 Não haverá carência para o seguro de acidentes pessoais, exceto aquela prevista por lei ou no caso de suicídio ou sua tentativa, quando o referido período corresponder a dois anos ininterruptos, contados da data de adesão ao seguro, ou de sua recondução depois de suspenso.

3.12.2 Não haverá franquia para os eventos decorrentes de Acidente Pessoal coberto por este seguro.

3.13 Do âmbito geográfico

3.13.1 Este seguro garante cobertura por 24 horas (vinte e quatro) horas do dia, para eventos ocorridos no território nacional.

4 – DO PREÇO

4.1 O valor total compreende todas as despesas diretas e indiretas com materiais, mão de obra, cumprimento das leis sociais, fiscais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas, transporte, taxas, e demais valores e encargos necessários à perfeita execução do objeto. A proposta de preços deverá ser apresentada conforme modelo do Anexo II.

4.2 No valor proposto deverão estar contemplados todos os itens constantes deste termo, em especial:

Item	Descrição	QTD estimada de segurados	Valor unitário por segurado	Valor total mensal estimado	Valor total anual estimado
1	Seguro coletivo contra acidentes pessoais para os estagiários e voluntários em plena atividade na Procuradoria Regional da República 1ª Região – PRR1	144	R\$ 1,94	R\$ 279,36	R\$ 3.352,32

4.3 Os valores globais, bem como as parcelas mensais poderão ter variação em função de mudança quantitativa no quadro de estagiários e voluntários da CONTRATANTE.

5 – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA DA APÓLICE

5.1 A empresa deverá entregar a apólice, por meio do Protocolo Eletrônico do MPF, endereço eletrônico: protocolo.mpf.mp.br no prazo estipulado no item 7.17.

5.2 O prazo para prestação do serviço será de 1 (um) ano ou 365 dias corridos, contados a partir da data estabelecida na Cláusula de vigência do Contrato.

5.3 O fato da CONTRATADA deixar de entregar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e dos termos previstos do contrato e da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos, bem como a aplicação das penas previstas em lei.

6 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 Prestar informações e esclarecimentos pertinentes e necessários que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA.

6.2 Emitir o aceite do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não estiver de acordo, por meio de notificação à CONTRATADA.

6.3 Efetuar os pagamentos à CONTRATADA nos prazos previstos na legislação em vigor, após o cumprimento das formalidades legais.

6.4 Processar mensalmente a relação dos segurados contendo nome completo, sexo, CPF, data de nascimento, data de admissão e encaminhar à CONTRATADA, por meio de correio eletrônico, até o segundo dia útil do mês subsequente.

6.5 Manter a CONTRATADA informada a respeito dos dados cadastrais dos segurados.

6.6 Fornecer ao segurado, sempre que solicitado, quaisquer informações relativas ao contrato de seguro.

6.7 Repassar os prêmios à CONTRATADA, nos prazos contratualmente estipulados.

6.8 Comunicar de imediato à CONTRATADA, a ocorrência de qualquer sinistro, ou expectativa de sinistro, assim que deles tiver conhecimento.

6.9 Notificar a CONTRATADA por escrito em caso de não conformidade sobre as irregularidades apontadas, para as providências do artigo 69 da Lei nº 8.666/93, no que couber.

6.10 Nomear Fiscal(is) do Contrato, que ficará(ão) responsável(is) pela fiscalização e acompanhamento da execução do objeto contratado.

6.10.1 A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

6.10.2 A fiscalização do contrato será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por servidor especialmente designado para assegurar o perfeito cumprimento do contrato.

6.10.3 O representante da CONTRATANTE anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

6.10.4 Estando em conformidade, os documentos de cobrança deverão ser atestados pela fiscalização do contrato e enviados ao setor competente para o pagamento devido.

6.11 Relacionar-se com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio de pessoa por ela formalmente indicada.

7 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Entregar a apólice, no prazo indicado pela CONTRATANTE, em estrita conformidade com as especificações constantes deste Termo, e em consonância com as regulamentações da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e com a legislação vigente.

7.2 Manter durante todo o período de execução contratual, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para sua contratação.

7.3 Arcar com todas as despesas diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE.

7.4 Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros em razão ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

7.5 Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações.

7.6 Relacionar-se com a CONTRATANTE, exclusivamente, por meio do Fiscal do Contrato.

7.7 Indicar, formalmente, preposto devidamente credenciado, visando a estabelecer contatos com o representante da CONTRATANTE durante a vigência do Contrato.

7.8 Cumprir todas as orientações da CONTRATANTE para o fiel desempenho das atividades especificadas e sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

7.9 Manter, quando nas dependências da CONTRATANTE, os empregados devidamente identificados, por meio de crachás, e uniformizados de maneira condizente com o serviço a executar, quando necessário, observando, ainda, as normas internas e de segurança.

7.10 Responsabilizar-se pelas despesas com todos encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais de seus empregados, os quais não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com a CONTRATANTE.

7.11 Disponibilizar uma conta *e-mail* para fins de comunicação entre as partes, e manter atualizados o endereço comercial e os números de telefone.

7.12 Comunicar, por escrito, eventual atraso ou paralisação dos serviços, apresentando razões justificadoras a serem apreciadas pela CONTRATANTE.

7.13 Manter sigilo, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços, devendo orientar seus empregados nesse sentido, conforme assinatura do formulário constante no Anexo deste Termo de Referência.

7.14 Responsabilizar-se por todo e qualquer acidente do trabalho, dano ou prejuízo causado ao patrimônio da CONTRATANTE ou de terceiros, decorrente da execução do serviço contratado.

7.15 Apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido no contrato.

7.16 Permanecer como única e total responsável perante a CONTRATANTE, pela cobertura do seguro contratado, inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela qualidade e presteza no atendimento, principalmente quando da regulação dos sinistros porventura ocorridos e quanto ao pagamento da indenização devida.

7.17 Emitir a apólice e os certificados individuais no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da assinatura do contrato, contendo número do certificado, capital segurado, data do início do risco, nomes do Estipulante e do segurado e menção à Cláusula Beneficiária, de conformidade com a legislação vigente.

7.18 Emitir novos certificados individuais – no prazo máximo de 15 dias – sempre que a CONTRATANTE comunicar inclusões por meio de *e-mail*.

7.19 Executar a prestação dos serviços de acordo com os prazos pactuados, logo após a comunicação do aviso de sinistro.

7.20 Disponibilizar canal de comunicação aos gestores da CONTRATANTE bem como aos segurados, por telefone, internet e atendimento personalizado através de um escritório ou representante situado na cidade de Brasília, ou que venha a implementar sua instalação no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de início da vigência do contrato, com toda a infraestrutura necessária para a sua perfeita execução, a fim de garantir comunicação eficaz e agilidade dos processos e sinistros.

7.21 Responder a qualquer solicitação feita pela CONTRATANTE em até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da solicitação.

7.22 Ofertar uma carteira personalizada para cada segurado contendo as informações básicas do seguro de vida, tais como: nº da apólice; data de vigência; nome e CPF do segurado.

7.23 Apresentar, em formato eletrônico, todas as documentações, inclusive aquelas referentes ao pagamento de notas fiscais, utilizando o Sistema de Protocolo Eletrônico do MPF (www.protocolo.mpf.mp.br).

7.24 Deverá a CONTRATADA atender e se adequar ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

7.25 Quanto às vedações

7.25.1 Não ter como sócios, gerentes, diretores ou administradores cônjuges, companheiros (as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros e servidores ocupantes de cargos de direção, chefia ou assessoramento do Ministério Público da União e dos Estados, sob pena de rescisão contratual.

7.25.2 Não utilizar o nome da CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sem o consentimento prévio e por escrito da CONTRATANTE, sob pena de rescisão do contrato.

7.25.3 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

7.25.4 Não caucionar ou utilizar o Contrato para quaisquer operações financeiras, sem prévia autorização da CONTRATANTE.

7.25.5 Não reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços, sem o consentimento prévio e por escrito da CONTRATANTE.

8 – DO RECEBIMENTO

8.1 O objeto da presente licitação será recebido das seguintes formas:

8.1.1 Provisória: mediante recibo, imediatamente após efetuada a entrega, para posterior verificação da sua conformidade com a especificação.

8.1.2 Definitiva: mediante recibo, em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório e a verificação da perfeita execução das obrigações contratuais (qualidade e/ou quantidade, etc), ocasião em que se fará constar o atesto na própria Nota Fiscal.

8.2 O objeto entregue em desconformidade com o especificado no instrumento convocatório ou o indicado na proposta serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a CONTRATADA será obrigada a substituí-lo, a suas expensas, no prazo de 5 (cinco) dias contados da data de recebimento da notificação.

8.2.1 Essa notificação suspende os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada.

09 – DO EMPENHO

09.1 O recurso orçamentário para a efetivação da referida despesa corrente deverá ser do tipo custeio, conforme art. 12 da Lei nº 4.320/1964, e sua respectiva natureza de despesas classificada o código 33.90.39, e Subelemento 69 – SEGUROS EM GERAL.

10 – DO FATURAMENTO

10.1 A CONTRATADA deverá apresentar fatura ou nota fiscal devidamente discriminada, em nome da Procuradoria Regional da República 1ª Região – PRR1, CNPJ nº 26.989.715/0064-96, emitida após a entrega do objeto contratado, no prazo especificado, acompanhada das respectivas comprovações de regularidade junto à Seguridade Social – Certidão Negativa de Débito, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF, às Fazendas Federal, Estadual/Distrital e Municipal de seu domicílio ou sede e à Justiça do Trabalho – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei nº 12.440/2011.

10.2 Quando da emissão da fatura ou nota fiscal, a CONTRATADA deverá destacar, após a descrição dos serviços, a importância referente à retenção do Imposto sobre Serviços, a título de *“ISS a ser recolhido por substituição tributária”*, conforme legislação vigente.

10.2.1 A inexistência do destaque de que trata o item anterior não impede a retenção por parte da CONTRATANTE;

10.2.2 Quando do pagamento da fatura ou nota fiscal será efetuada a retenção dos valores correspondentes a tributos e contribuições sociais, nos termos legais.

10.3 Serão deduzidos dos créditos da CONTRATADA os valores relativos a multas e juros de mora de tributos e contribuições sociais, decorrentes de entrega de faturamento em atraso.

11 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento à CONTRATADA será efetuado sob demanda do nº de estagiários e voluntários, em moeda nacional, em até 10 (dez) dias corridos a contar do recebimento da fatura/nota fiscal do mês de referência, por meio de depósito em conta-corrente, mediante Ordem Bancária.

11.2 O pagamento poderá ser efetuado parcialmente na pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à CONTRATADA, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

11.3 Qualquer atraso acarretado por parte da CONTRATADA na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação.

11.4 Para efeito de pagamento, considerar-se-á paga a fatura na data da emissão da Ordem Bancária.

11.5. A 1ª parcela será paga após a apresentação da Apólice e respectiva nota fiscal/fatura.

11.6 O tipo de custeio de prêmio deste seguro será não-contributário, aquele em que o ônus do seu pagamento recai totalmente ao estipulante.

11.7 Fica convencionado que qualquer pagamento do capital segurado, prestação do serviço ou realização de reembolso por força do presente instrumento somente passa a ser devida depois que o pagamento do prêmio houver sido realizado, o que deve ser feito no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da fatura/nota fiscal.

11.8 Caso o arquivo com a movimentação mensal não seja enviado até a data estipulada no item 6.4, a fatura será emitida com base nas informações da fatura anterior, sendo os eventuais acertos efetuados na fatura seguinte.

11.9 Se a data limite para o pagamento do prêmio à vista coincidir com dia que não haja expediente bancário, o pagamento poderá ser efetuado no primeiro dia útil que houver expediente bancário.

12 – DA VIGÊNCIA

12.1 O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado por períodos sucessivos, limitada sua duração a 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

12.2 As apólices, os certificados de seguro e os endossos terão seu início e término de vigência às 24 (vinte e quatro) horas das datas para tal fim neles indicadas.

13 – DO REAJUSTE

13.1 O preço inicialmente contratado dos serviços poderá ser reajustado mediante prévia negociação entre as partes, observados os preços praticados no mercado, bem como a periodicidade mínima de 01 (um) ano, contada da data de apresentação da proposta ou, no caso de novo reajuste, a data a que a anterior tiver se referindo, tendo como limite máximo a variação do IPCA/IBGE, ou em conformidade com outros dispositivos legais que venham a ser editados pelo Poder Público.

13.2 Os reajustes a que a CONTRATADA fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do Contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do Contrato.

14 – DA FUSÃO, CISÃO OU INCORPORAÇÃO

14.1 A associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação devem ser, previamente, comunicadas à CONTRATANTE para que esta delibere sobre a adjudicação do objeto ou manutenção do contrato, sendo essencial para tanto que a nova CONTRATADA comprove atender a todas as exigências de habilitação previstas neste Termo de Referência.

15 – DO CONSÓRCIO

15.1 Não há necessidade de consórcio devido ao pequeno porte da contratação, a qual pode ser suportada por apenas uma empresa sem a necessidade de auxílio técnico ou operacional de outras empresas.

16 – DAS SANÇÕES

16.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, quando:

- a) inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo;
- e) cometer fraude fiscal;
- f) não manter a proposta.

16.2 Caso cometa qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções.

16.2.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE;

16.2.2 Multa moratória por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, a ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial, nas seguintes hipóteses:

16.2.2.1 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado das obrigações estabelecidas no Contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida;

16.2.3 Multa compensatória de 5% (cinco por cento) no caso de inexecução parcial e 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do objeto contratado sobre o valor total do Contrato.

16.2.3.1 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

16.2.4 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

16.2.5 Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

16.2.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.3 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:

16.3.1 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.3.2 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.3.3 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.3.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

16.3.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.3.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16.4 Desconto Do Valor Da Multa – O valor da multa será automaticamente descontado dos créditos que a CONTRATADA vier a fazer jus perante a CONTRATANTE, e se for superior aos créditos, deverá ser pago por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU em até 15 (quinze) dias corridos contados da notificação, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês em caso de atraso, poderá ainda ser abatido do valor da garantia de execução do Contrato, se houver, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.

17 – DA HABILITAÇÃO

17.1 A licitante deverá apresentar certificado de inscrição e regularidade junto ao órgão que regulamenta o funcionamento e operações das Sociedades Seguradoras junto à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

Eu, _____ portador (a) do documento de identidade Nº _____ expedido pela **SSP/**_____, CPF Nº _____ declaro ter pleno conhecimento de minha responsabilidade junto à Procuradoria Regional da República da 1ª Região - PRR1ª, em adotar medidas de segurança adequadas, no âmbito das minhas atribuições, no que concerne a manter o sigilo sobre dados e/ou informações de natureza sigilosa ou sensível, tratados no âmbito da PRR1ª, relativo à prestação de _____, visando cobrir horários e locais descritos no Termo de Referência nº xx/20xx dessa PRR1ª mediante Contrato/Nota de Empenho Nº _____ constante do Processo **1.01.000.xxxxxx/xxxx-xx**, mantido com a empresa _____ CNPJ _____ e esta PRR1ª. Comprometo-me a guardar o sigilo necessário a que sou obrigado nos termos da legislação vigente, especialmente citada no verso deste Termo.

Comprometo-me, ainda, a zelar pela proteção dos equipamentos, documentos, materiais, áreas e instalações, que por ventura tiver acesso, em razão dos serviços ora contratados.

E, por estar de acordo com o presente termo, assino-o na presença das testemunhas abaixo nominadas.

Brasília-DF ____/____/____

Fiscal do Contrato

Chefe da Divisão de Segurança Orgânica e Transporte – DISEGOT

LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA

1. CÓDIGO PENAL BRASILEIRO – Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940

Art. 325 – Revelar fato que tenha ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação.

Pena: detenção, de 6 meses a 2 anos, ou multa, se o fato não constituir crime mais grave.

Artigos correlatos: 153, 154, 314 e 327 do Decreto-Lei nº 2.848/1940(CPD)

2. LEI DE SEGURANÇA NACIONAL – Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983

Art 13 – Comunicar, entregar ou permitir a comunicação ou a entrega, a governo ou grupo estrangeiro, ou a organização ou grupo de existência ilegal, de dados, documentos ou cópias de documentos, planos, códigos, cifras ou assuntos que, no interesse do Estado brasileiro são classificados como sigilosos.

Pena: reclusão, de 03 a 05 anos.

Artigos correlatos: 14 e 21.

3. POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVO PÚBLICO – Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991

Art 6º – Fica resguardado o direito de indenização pelo dano material ou moral decorrente da violação do sigilo, sem prejuízo das ações penal, civil e administrativa.

Artigos correlatos: 4º, 23 e 25.

4. CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – Decreto-Lei nº 3.689/1941

Art 207 – São proibidas de depor as pessoas que, em razão da função, ministério, ofício ou profissão, devam guardar segredo, salvo se, desobrigadas pela parte interessada, quiserem dar o seu testemunho.

5. SALVAGUARDA DE DADOS, INFORMAÇÕES, DOCUMENTOS E MATERIAIS SIGILOSOS DE INTERESSE DA SOCIEDADE E DO ESTADO, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL – Decreto nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002.

6. NORMAS DE CONDUTA DOS SERVIDORES PÚBLICOS – Lei nº 8.027, de 12 de abril de 2011

7. REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DA UNIÃO – Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

8. CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO CIVIL DO PODER EXECUTIVO – Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994.

9. DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992.

Art. 11, inciso III.

CPF

MPF

FORMULÁRIO EXCLUSIVO DE CIRCULAÇÃO INTERNA

ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

Data: _____

PROPOSTA REFERENTE AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PRR1 XX/2022

DADOS DO PROPONENTE

Proponente:

CNPJ:

Telefone:

E-mail:

Endereço:

Cidade:

Estado:

CEP:

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL QUE IRÁ ASSINAR O CONTRATO

Nome:

CPF:

RG:

Cargo ocupado na empresa:

DADOS BANCÁRIOS DA LICITANTE

Banco: Agência:

Conta-corrente:

PLANILHA DE PREÇO

ITEM	SERVIÇOS	QTD. estimada de segurados	Valor unitário por segurado	Valor total mensal estimado	Valor total anual estimado
1	Seguro coletivo contra acidentes pessoais para os estagiários e voluntários em plena atividade na Procuradoria Regional da República 1ª Região – PRR1	144	R\$	R\$	R\$

COBERTURAS CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL	CAPITAL SEGURADO EM (R\$)
Morte Acidental – indenização a ser paga ao beneficiário em caso de morte acidental do segurado.	25.000,00
Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente – indenização a ser paga proporcionalmente ao grau de invalidez, relativa à perda ou impotência funcional definitiva, total ou parcial, de membro ou órgão em virtude de lesão física causada por acidente.	25.000,00
Despesas Médicas, Hospitalares e Odontológicas – indenização a ser paga de acidente sofrido pelo segurado.	3% do capital segurado (R\$ 750,00)

Declaro que no preço proposto já estão considerados todas as despesas diretas e indiretas com materiais, mão de obra, cumprimento das leis sociais, fiscais, tributárias, previdenciárias e trabalhista, transporte, taxas, seguros e demais valores e encargos necessários à perfeita execução do objeto.

Prazo de validade da proposta: _____ dias (mínimo de 60 dias)

Assinatura: _____

Nome legível: _____

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE QUANTO À RESOLUÇÃO DO CNMP Nº 172/2017

Nome da empresa:

CNPJ:

Nome do Declarante:

Cargo:

DECLARO, nos termos da Resolução nº 172/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, para fins de contratação junto ao Ministério Público Federal, que:

☐ O quadro societário desta empresa **não possui** cônjuge(s), companheiro(s) ou parente(s) em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, ou ainda de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, consoante art. 3º da Resolução CNMP nº 37/2009, com redação dada pela Resolução CNMP nº 172/2017.

☐ O quadro societário desta empresa **possui**, cônjuge(s), companheiros(as) ou parente(s) em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, ou de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, abaixo identificado(s):

Nome do Membro/Servidor: _____

Cargo: _____

Órgão de Lotação: _____

Grau de Parentesco: _____

Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

Brasília, de _____ de 2022

Representante legal

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE TRABALHO ESCRAVO, NÃO EXPLORAÇÃO DE TRABALHO INFANTO-JUVENIL E NÃO DISCRIMINAÇÃO

(NOME DA EMPRESA, CNPJ, ENDEREÇO, etc.), neste ato representada por (REPRESENTANTE DA EMPRESA), portador do RG nº, inscrito sob CPF nº....., sob as penas da lei, para todos os fins, **DECLARA:**

☐ Não ter sido condenada, a licitante ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação, em todas as suas formas, por motivos de raça, gênero e outros, conforme dispõe:

- a Constituição Federal de 1988 em seu inciso IV do art. 3º; inciso I do art. 5º; e
- os arts. 38 e 39 do Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.

☐ Não explorar o trabalho infantojuvenil, em atenção ao que dispõe:

- o inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988;
- o Título III do Capítulo IV do Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943 (CLT);
- os arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069, de 19 de julho de 1990 (ECA);
- a Lei nº 8.069, de 19 de julho de 1990;
- o Decreto nº 6.841, de 12 de junho de 2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

☐ Não praticar, de nenhuma forma, ações que possam ser enquadradas nos arts. 1º e 170 da Constituição Federal, nos arts. 149, 203 e 207 do Código Penal (dispositivos que tratam do trabalho análogo ao de escravo e tráfico de pessoas para esse fim), Decreto nº 5.017/2004, que promulga o Protocolo de Palermo e as convenções OIT 29 e 105.

Brasília, _____ de _____ de 2022.

Empresa Licitante

(responsável: nome, cargo e assinatura)

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR MEIO DA PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 1ª REGIÃO – PRR-1ª REGIÃO, E A EMPRESA XXXXXXXXXXXX, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO COLETIVO CONTRA ACIDENTES PESSOAIS PARA OS ESTAGIÁRIOS E VOLUNTÁRIOS.

A **UNIÃO**, por intermédio da **PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 1ª REGIÃO**, inscrita no CNPJ nº 26.989.715/0064-96, situada no SAS Quadra 05, Bloco E, Lote 08, nesta Capital, representada neste ato pelo seu Secretário Regional, Senhor **PEDRO HENRIQUE RODRIGUES DE CAMARGO DIAS**, brasileiro, servidor público, residente e domiciliado em Vicente Pires/DF, portador da Carteira de Identidade nº **036**, expedida pela SSP/DF, inscrito no CPF sob o nº ***.395.841-**, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria nº 51, de 17 de maio de 2021, do Procurador-Chefe Regional da Procuradoria Regional da República da 1ª Região – PRR-1ª Região, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo inciso IX do artigo 41 do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria nº 382, de 05 de maio de 2015, do Sr. Secretário-Geral e, nas ausências e impedimentos do Sr. Secretário Regional, por seu substituto legal, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, CNPJ nº **XXXXXXXXXX**, estabelecida no **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, **XXXXXXXXXX**, Brasília/DF, CEP: **XXXXXXXXXX**, neste ato representada por **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, (nacionalidade), (profissão), portador(a) da Carteira de Identidade nº **XXXXXXXXXX**, expedida pela **XXXXXXXXXX**, inscrito(a) no CPF sob o nº **XXXXXXXXXX**, residente e domiciliado(a) nesta Capital, e daqui por diante designada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista os termos do Processo MPF/PRR-1ª Região nº 1.01.000.000066/2022-21, em conformidade com as disposições estabelecidas nas Leis nºs 8.666/1993 e 10.520/2002, e nos Decretos nºs 3.555/2000, 10.024/2019, e 9.507/2018, e demais normas pertinentes, têm entre si, justo e avençado, o presente contrato, na forma de execução indireta e em regime de empreitada por preço unitário, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste contrato a prestação de serviço de seguro coletivo contra acidentes pessoais para os estagiários e voluntários em plena atividade na Procuradoria Regional da República 1ª Região – PRR-1ª Região.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

A prestação dos serviços ora contratados obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos adiante enumerados, constantes do Processo nº 1.01.000.000066/2022-21:

1. Edital de Pregão nº XX/2022 e seus anexos;
2. Ata da Sessão do Pregão, datada de XX/XX/2022;
3. Proposta da CONTRATADA, datada de XX/XX/2022.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, COBERTURAS E DESCRIÇÃO DO SEGURO

1. Tipo de seguro: Seguro Coletivo de Acidentes Pessoais

1.1. Considera-se “acidente pessoal” o evento com data caracterizada, exclusivo e diretamente externo, súbito, involuntário e violento, causador de lesão física que, por si só e independentemente de toda e qualquer outra causa, tenha como consequência direta a morte ou invalidez permanente total ou parcial, do segurado ou torne necessário tratamento médico.

2. Incluem-se, ainda, no conceito de acidente pessoal as lesões decorrentes de:

2.1. Suicídio ou a sua tentativa, que será equiparado, para fins de indenização, a acidente pessoal, observada a legislação em vigor.

2.2. Ação da temperatura do ambiente ou influência atmosférica, quando a elas o segurado ficar sujeito em decorrência de acidente coberto.

2.3. Escapamento accidental de gases e vapores.

2.4. Sequestros e tentativas de sequestros, dos quais o segurado seja a vítima.

2.5. Alterações anatômicas ou funcionais da coluna vertebral, de origem traumática, causadas exclusivamente por fraturas ou luxações radiologicamente comprovadas.

3. Não se incluem no conceito de acidente pessoal:

3.1. Doenças (incluídas as profissionais), moléstias ou enfermidades, quaisquer que sejam suas causas, ainda que provocadas, desencadeadas ou agravadas, direta ou indiretamente por acidente coberto.

3.2. Intercorrências ou complicações consequentes da realização de exames, tratamentos clínicos ou cirúrgicos, quando não decorrentes de acidentes não cobertos.

3.3. Lesões decorrentes, dependentes, predispostas ou facilitadas por esforços repetidos ou microtraumas cumulativos, ou que tenham relações de causa e efeito com os

mesmos, assim como as lesões classificadas como: Lesão por Esforços Repetitivos – LER, Lesões Osteo musculares Relacionadas ao Trabalho – DORT, Lesão por Trauma Continuado ou Contínuo – LTC, os similares que venham a ser aceitas pela classe médico científica, bem como as suas consequências pós-tratamentos, inclusive cirúrgicos, em qualquer tempo.

3.4. Situações reconhecidas por instituições oficiais de previdência ou assemelhadas, como “invalidez acidentária”, nas quais o evento causador da lesão não se enquadre integralmente na caracterização da invalidez por acidente pessoal, definido nos itens 1.1 e 2 desta cláusula.

4. Grupo de segurados: 144 vidas

4.1. O quantitativo de que trata este item corresponde a uma estimativa. Desse modo, a CONTRATANTE não se obriga a atingir um número mínimo de vidas para fins de pagamento à CONTRATADA.

5. Aceitação dos segurados

5.1. A CONTRATADA deve assumir o excedente do quantitativo de vidas até o limite de 25%, com ônus para o CONTRATANTE, proporcional ao acréscimo efetivamente ocorrido no número total de segurados informado no Termo de Referência e neste contrato.

5.2. Os novos componentes serão incluídos no seguro a partir da data de início no programa de estágio ou serviço voluntário, por adesão ao contrato, podendo ser exigido, para análise de aceitação, o preenchimento de cartão proposta.

5.2.1. Caso a CONTRATADA não solicite o preenchimento de cartão proposta, não poderá ser alegada preexistência de doença para não pagamento de indenização, uma vez que o segurado só deve informar ter conhecimento de eventual doença preexistente se for questionado.

5.3. A cada componente incluído no seguro deve ser enviado um Certificado Individual, que deve conter os elementos mínimos previstos em lei.

5.4. Quaisquer alterações e modificações nas cláusulas contratuais somente terão validade se ratificadas por escritos pela CONTRATADA e pelo estipulante.

5.5. A CONTRATADA terá um prazo de 5 (cinco) dias úteis da data de recebimento da proposta de adesão para manifestar-se sobre a aceitação da proposta, seja para seguros novos ou renovações, bem como para as alterações que impliquem modificações do risco.

5.5.1. Caso seja solicitado algum documento ou exame complementar, esse prazo ficará suspenso, voltando a correr a partir da data em que se der a entrega da documentação à CONTRATADA.

5.5.2. A não aceitação da proposta de adesão deverá ser obrigatoriamente comunicada ao estipulante por escrito, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados do protocolo de recebimento, com a justificativa do motivo da recusa e dispondo de todos os valores a ela destinados.

5.5.3. Caso não haja o pronunciamento da CONTRATADA no prazo acima definido, a aceitação do seguro será tácita.

6. Coberturas e capital segurado

6.1. As coberturas do seguro podem ser divididas em básicas e adicionais, devendo abranger pelo menos uma das coberturas básicas, quando adotada a estruturação de coberturas básicas e adicionais.

6.1.1. As coberturas previstas para este seguro são:

I – Cobertura Básica:

a) Morte Acidental (MA)

II – Coberturas Adicionais:

a) Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente;

b) Despesas Médicas, Hospitalares e Odontológicas (DMHO).

6.1.2. O quadro a seguir informa o valor do capital segurado nas seguintes coberturas:

COBERTURAS	CAPITAL SEGURADO EM (R\$)
Morte Acidental – indenização a ser paga ao beneficiário em caso de morte acidental do segurado.	25.000,00
Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente – indenização a ser paga proporcionalmente ao grau de invalidez, relativa à perda ou impotência funcional definitiva, total ou parcial, de membro ou órgão em virtude de lesão física causada por acidente.	25.000,00
Despesas Médicas, Hospitalares e Odontológicas – indenização a ser paga de acidente sofrido pelo segurado.	3% do capital segurado (R\$ 750,00)

6.2. No caso de divergências sobre a causa, natureza ou extensão de lesões, bem como a avaliação da incapacidade relacionada ao segurado, a CONTRATADA deverá propor ao segurado, por meio de correspondência escrita, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da contestação, a constituição de junta médica.

6.2.1. A junta médica será constituída por 3 (três) membros, sendo um nomeado pela CONTRATADA, outra pelo segurado e um terceiro, desempatador, escolhido pelos dois nomeados.

6.2.2. Cada uma das partes pagará os honorários do médico que tiver designado; os do terceiro serão pagos, em partes iguais, pelo segurado e pela CONTRATADA.

6.2.3. O prazo para constituição da junta médica será de, no máximo, 15 (quinze) dias úteis a contar da data da indicação do membro nomeado pelo segurado.

6.3. Cobertura por Morte Acidental

6.3.1. Indenização a ser paga ao beneficiário em caso de morte acidental do segurado, exceto se for decorrente dos riscos excluídos definidos nas condições gerais da apólice.

6.4. Cobertura por Invalidez

6.4.1. A cobertura de invalidez permanente por acidente garante o pagamento de uma indenização relativa à perda, à redução ou à impotência funcional definitiva, total ou parcial, de um membro ou órgão por lesão física, causada por acidente pessoal coberto, observados os riscos excluídos.

6.4.2. A invalidez permanente deve ser comprovada por meio de declaração médica subscrita por profissional devidamente habilitado na sua área de especialização.

6.4.3. Após conclusão do tratamento, ou esgotados os recursos terapêuticos disponíveis para recuperação, e constatada e avaliada a invalidez permanente quando da alta médica definitiva, a CONTRATADA deve pagar uma indenização, de acordo com os percentuais estabelecidos nas condições do contrato, conforme especificado na tabela a seguir:

Tabela - Cálculo de Indenização em Caso de Invalidez Permanente

Invalidez Permanente Total	
Discriminação	% sobre importância segurada
Perda total da visão de ambos os olhos	100
Perda total do uso de ambos os membros superiores	100
Perda total do uso de ambos os membros inferiores	100
Perda total do uso de ambas as mãos	100
Perda total do uso de um membro superior e um membro inferior	100
Perda total do uso de uma das mãos e de um dos pés	100
Perda total do uso de ambos os pés	100

Alienação mental total e incurável	100
Invalidez Permanente Parcial –Diversos	
Discriminação	% sobre importância segurada
Perda total da visão de um olho	30
Perda total da visão de um olho, quando o segurado já não tiver a outra vista	70
Surdez total incurável de ambos os ouvidos	40
Surdez total incurável de um dos ouvidos	20
Mudez incurável	50
Fratura não consolidada do maxilar inferior	20
Imobilidade do segmento cervical da coluna vertebral	20
Imobilidade do segmento tóraco-lombo-sacro da coluna vertebral	25
Invalidez Permanente Parcial – Membros Superiores	
Discriminação	% sobre importância segurada
Perda total do uso de um dos membros superiores	70
Perda total do uso de uma das mãos	60
Fratura não consolidada de um dos úmeros	50
Fratura não consolidada de um dos segmentos rádio-ulnares	30
Anquilose total de um dos ombros	25
Anquilose total de um dos cotovelos	25
Anquilose total de um dos punhos	20
Perda total do uso de um dos polegares, inclusive o metacarpiano	25
Perda total do uso de um dos polegares, exclusive o metacarpiano	18
Perda total do uso da falange distal do polegar	9
Perda total do uso de um dos dedos indicadores	15

Perda total do uso de um dos dedos mínimos ou um dos dedos médios	12
Perda total do uso de um dos dedos anulares	9
Perda total do uso de qualquer falange, excluídas as do polegar: indenização equivalente a 1/3 do valor do dedo respectivo	---
Invalidez Permanente Parcial – Membros Inferiores	
Discriminação	% sobre importância segurada
Perda total do uso de um dos membros inferiores	70
Perda total do uso de um dos pés	50
Fratura não consolidada de um fêmur	50
Fratura não consolidada de um dos segmentos tíbio peroneiros (perna)	25
Fratura não consolidada da rótula	20
Fratura não consolidada de um pé	20
Anquilose total de um dos joelhos	20
Anquilose total de um dos tornozelos	20
Anquilose total de um dos quadril	20
Perda parcial de um dos pés, isto é, perda de todos os dedos e de uma parte do mesmo pé	25
Amputação do 1º (primeiro) dedo	10
Amputação de qualquer outro dedo	3
Perda total do uso de uma falange do 1º dedo: indenização equivalente 1/2, e dos demais dedos, equivalente a 1/3 do respectivo dedo	---
Encurtamento de um dos membros inferiores:	
de 5 (cinco) centímetros	15
ou mais de 4 (quatro) centímetros	10
de 3 (três) centímetros	6
Menos de 3 (três) centímetros: sem indenização	Sem pagamento

(*) Conforme dados consignados na Circular SUSEP nº 029/1991

6.4.3.1 Não ficando abolidas por completo as funções do membro ou órgão lesado, a indenização por perda parcial é calculada pela aplicação, à percentagem prevista no plano para sua perda total, do grau de redução funcional apresentado.

6.4.3.2 Na falta de indicação exata do grau de redução funcional apresentado, e sendo o referido grau classificado apenas como máximo, médio ou mínimo, a indenização será calculada, na base das percentagens de 75%, 50% e 25%, respectivamente.

6.4.3.3 Nos casos não especificados no plano do seguro, o cálculo da indenização é estabelecido tomando-se por base a diminuição permanente da capacidade física do segurado, independentemente de sua profissão.

6.4.3.4 Quando do mesmo acidente resultar invalidez de mais de um membro ou órgão, a indenização deve ser calculada somando-se as percentagens respectivas, cujo total não pode exceder a 100% (cem por cento).

6.4.3.5 Havendo duas ou mais lesões em um mesmo membro ou órgão, a soma das percentagens correspondentes não pode exceder à da indenização prevista para sua perda total.

6.4.3.6 Para efeito de indenização, a perda ou maior redução funcional de um membro ou órgão já defeituoso antes do acidente, deve ser deduzida do grau de invalidez definitiva.

6.4.3.7 A perda de dentes e os danos estéticos não dão direito à indenização por invalidez permanente.

6.4.3.8 A aposentadoria por invalidez concedida por instituições oficiais de previdência, ou assemelhadas, não caracteriza por si só o estado de invalidez permanente, para fins de doença ou acidente.

6.5. Cobertura de Despesas Médicas, Hospitalares e Odontológicas

6.5.1. A cobertura de despesas médicas, hospitalares e odontológicas garante o reembolso, limitado ao capital segurado de despesas médicas, hospitalares e odontológicas efetuadas pelo segurado para seu tratamento, sob orientação médica, iniciado nos 30 (trinta) primeiros dias contados da data do acidente pessoal coberto.

6.5.2. Não estão abrangidas na cobertura descrita no *caput* as despesas decorrentes de:

a) estados de convalescença (após a alta médica) e as despesas de acompanhantes.

b) aparelhos que se referem a órteses de qualquer natureza e a prótese de caráter permanente, salvo as próteses pela perda de dentes naturais.

6.5.3. Cabe ao segurado a escolha dos prestadores de serviços médicos, hospitalares e odontológicos, desde que legalmente habilitados.

6.5.4. As despesas médicas, hospitalares e odontológicas deverão ser devidamente comprovadas, nos termos estabelecidos nas condições contratuais.

6.6. Da cessação da cobertura e perda dos direitos

6.6.1. Respeitado o período correspondente ao prêmio pago, a cobertura de cada segurado cessa automaticamente no final do prazo de vigência da apólice, se esta não for renovada.

6.6.2. Na hipótese do segurado, seus prepostos ou seus beneficiários agirem com dolo, fraude ou simulação na contratação do seguro, durante sua vigência, ou ainda para obter ou para majorar a indenização, dá-se automaticamente a caducidade do seguro, sem restituição dos prêmios, ficando a CONTRATADA isenta de qualquer responsabilidade.

6.6.2.1 Nos seguros contratados por pessoas jurídicas, o disposto acima aplica-se aos administradores legais, aos beneficiários e aos seus respectivos representante.

6.6.3. A cobertura prevista neste instrumento se extingue, ainda, pela ocorrência da morte e da invalidez permanente total por acidente do segurado, com o pagamento do respectivo capital segurado.

6.6.4. O segurado perderá o direito à indenização se agravar intencionalmente o risco.

6.6.4.1 Se o segurado ou seu representante fizer declarações inexatas ou omitir circunstâncias que possam influir na aceitação da proposta ou no valor do prêmio, ficará prejudicado o direito à indenização, além de estar o segurado obrigado ao pagamento do prêmio vencido.

6.6.5. O segurado perderá o direito ao pagamento do capital segurado em caso de inobservância das obrigações convencionadas nas condições deste instrumento.

6.6.6. O segurado está obrigado a comunicar à CONTRATADA, logo que o saiba, qualquer fato suscetível de agravar o risco coberto, sob pena de perder o direito à cobertura, se ficar comprovado que silenciou de má-fé.

6.6.7. No caso de não ocorrer o cancelamento imediato da apólice ou do certificado individual por inadimplência do CONTRATANTE ou do estipulante deverá ser adotada uma das seguintes hipóteses pela CONTRATADA:

6.6.7.1 cobertura dos sinistros ocorridos durante o período de inadimplência, com a consequente cobrança do prêmio devido ou, quando for o caso, seu abatimento da indenização paga ao(s) beneficiário(s); ou

6.6.7.2 não cobertura dos sinistros ocorridos durante o período de inadimplência, sendo vedada a cobrança dos prêmios referentes a este período.

7. Riscos excluídos

7.1. Estão excluídos das coberturas do seguro os eventos ocorridos em consequência:

- a) de doenças preexistentes à contratação do seguro, de conhecimento do segurado e não declaradas na proposta de adesão;
- b) epidemias desde que declaradas pelos órgãos competentes;
- c) doação e transplante intervivos; e
- d) suicídio cometido dentro dos primeiros 24 meses de vigência do seguro ou da sua recondução depois de suspenso.

7.2. Também ficam excluídos os acidentes e/ou eventos ocorridos em consequência de:

7.2.1. Tufões, furacões, ciclones, terremotos, maremotos, erupções vulcânicas e outras convulsões da natureza.

7.2.2. De ato reconhecidamente perigoso que não seja motivado por necessidade justificada.

7.2.3. Quaisquer consequências decorrentes de atos ilícitos dolosos praticados pelo segurado, pelo beneficiário ou pelo representante de um ou de outro.

7.2.4. Do segurado dirigir veículo automotor, ou qualquer outro tipo de veículo e/ou equipamento que requeiram aptidão, sem que possua habilitação legal e apropriada.

7.3. Estão também excluídos das coberturas do seguro, quaisquer pagamentos, mesmo em consequência de evento coberto, decorrentes de:

7.3.1. Danos morais e estéticos: pela natureza compensatória, não se encontram cobertos pela presente apólice as indenizações por danos morais e estéticos, decorrentes de qualquer evento coberto por este contrato, no qual esteja o segurado obrigado a pagar, sejam elas provenientes de ação judicial ou extrajudicial, bem como nos casos de acordo amigável.

7.3.1.1. Dano estético é todo e qualquer dano físico/corporal causado a pessoas que, embora não acarretando sequelas, interfiram no funcionamento do organismo, impliquem em redução ou eliminação dos padrões de beleza ou estética.

7.3.1.2. Dano moral é toda e qualquer ofensa ou violação que, mesmo sem ferir ou causar estragos aos bens patrimoniais de uma pessoa, ofenda seus princípios e valores de ordem moral, tais como os que se referem à sua honra, aos seus sentimentos, à sua dignidade e/ou à sua família, sendo em contraposição ao patrimônio material, tudo aquilo que não seja suscetível de valor econômico, ficando a cargo do juiz no processo o reconhecimento da existência de tal dano bem como a fixação de sua extensão e eventual reparação, devendo ser sempre caracterizado como uma punição que se direciona especificamente contra o efetivo causador dos danos.

7.3.2. Lucros cessantes resultantes da paralisação, temporária ou definitiva, das atividades profissionais do segurado em virtude da ocorrência de qualquer risco coberto e indenizável.

7.3.3. Perdas e danos decorrentes, direta ou indiretamente, de qualquer evento, mesmo quando coberto pela apólice.

7.4. Sem prejuízo das exclusões anteriores, também estão excluídos quaisquer tipos de eventos decorrentes de agravamento de risco ocasionados intencionalmente pelo segurado, situação em que este perderá o direito à garantia do seguro, conforme disposto no artigo 768 do Código Civil.

8. Capital segurado

8.1. Entende-se como capital segurado o valor máximo para a cobertura contratada a ser pago ou reembolsado pela CONTRATADA, no caso de ocorrência de sinistro coberto pela apólice, vigente na data do evento.

8.2. Considera-se como data do evento, para efeito de determinação do capital segurado, quando da liquidação dos sinistros para as coberturas de acidentes pessoais, a data do acidente.

8.3. A CONTRATADA não se eximirá ao pagamento do capital segurado, quando a morte ou a incapacidade do segurado provier da utilização de meio de transporte mais arriscado, da prestação de serviço militar, prática de esportes ou de atos de humanidade em auxílio de outrem.

8.4. O capital segurado pela garantia de despesas médico, hospitalares e odontológicas representa o limite máximo de reembolso pelo mesmo evento.

8.5. A reintegração do capital segurado é automática após cada acidente, sem a cobrança de prêmio adicional, desde que a invalidez seja parcial.

8.6. As indenizações por morte e invalidez permanente não se acumulam em consequência de um mesmo evento. Se, depois de paga a indenização por invalidez permanente por acidente, verificar-se a morte do segurado em consequência do mesmo acidente, a importância já paga por invalidez permanente deve ser deduzida do valor do capital segurado por morte.

8.7. O capital segurado será pago integralmente, não sendo admitido o pagamento sob a forma de renda, salvo se houver manifestação expressa do segurado neste sentido.

9. Da liquidação dos sinistros

9.1. O prazo máximo para liquidação de sinistro (pagamento de indenização) será de 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega dos documentos básicos previstos nas condições gerais do seguro.

9.2. Para o recebimento do capital segurado, o segurado deverá apresentar à CONTRATADA, por intermédio do estipulante, o formulário “Aviso de Sinistro”, em modelo

próprio fornecido pela CONTRATADA ou, de carta registrada ou enviar e-mail dirigido à CONTRATADA.

9.2.1. Na comunicação por carta, deverá constar: data, hora, local e causa do sinistro.

9.2.2. A comunicação feita por carta ou por envio de e-mail não exonera o segurado, seu representante ou seus beneficiários, da obrigação de apresentar o formulário “Aviso de Sinistro”.

9.2.3. O aviso de sinistro deverá ser acompanhado, conforme a natureza do evento, dos documentos básicos relacionados a seguir:

9.2.3.1. Em caso de morte acidental:

- a) “aviso de sinistro” preenchido e assinado pelo(s) beneficiários(s) ou representante(s) legal(is) e médico assistente do segurado;
- b) cópia autenticada da certidão de óbito;
- c) cópia autenticada do RG ou outro documento de identificação e CPF do segurado e do(s) beneficiário(s);
- d) cópia autenticada e atualizada (extraída após o óbito) da certidão de casamento do segurado, se houver;
- e) declaração de únicos herdeiros;
- f) cópia autenticada de declaração do INSS informando quem são os dependentes do segurado na Previdência Social;
- g) cópia autenticada da certidão de nascimento/certidão de casamento do(s) filho(s), bem como RG, CPF e comprovante de residência, caso o(s) beneficiário(s) seja(m) filho(s);
- h) boletim de ocorrência policial, se for o caso;
- i) laudo conclusivo de exame necroscópico elaborado pelo IML;
- j) carteira nacional de habilitação do falecido quando se tratar de acidente automobilístico, em que o mesmo seja condutor do veículo;
- k) cópia autenticada do CAT – Comunicação de Acidente do Trabalho, se for o caso.

9.2.3.2. Em caso de invalidez permanente total ou parcial por acidente:

- a) “aviso de sinistro” preenchido e assinado pelo segurado ou representante(s) legal(is) e médico assistente;
- b) cópia autenticada do RG e CPF e comprovante de residência do segurado;
- c) cópia autenticada do CAT – Comunicação de Acidente do Trabalho, se for o caso;

d) cópia autenticada do atestado de alta médica definitiva, informando as sequelas deixadas pelo acidente, discriminando o grau de redução funcional do membro ou órgão lesado;

e) cópia autenticada de todos os resultados dos exames médicos realizados;

f) carteira nacional de habilitação do segurado quando se tratar de acidente automobilístico, em que o mesmo tenha sido condutor do veículo.

9.2.4. O prazo máximo, após a entrega dos documentos básicos exigidos pela CONTRATADA, para a liquidação do sinistro será de 30 (trinta) dias.

9.2.5. As documentações anteriormente mencionadas não são taxativas, podendo a CONTRATADA, em caso de dúvida fundada e justificável, solicitar outras complementares para análise e elucidação do sinistro, tais como documentos médicos, atestados de autoridades administrativas, sendo que o prazo para liquidação de que trata o subitem anterior ficará suspenso até a data da entrega dos documentos complementares solicitados e sua contagem voltará a correr a partir do dia útil subsequente àquele em que forem completamente atendidas as exigências.

9.2.6. Para recebimento da indenização, deverá ser plenamente provada a ocorrência do evento coberto, bem como todas as circunstâncias a ele relacionadas, sendo facultado à CONTRATADA quaisquer medidas tendentes à elucidação do sinistro.

9.2.7. As despesas efetuadas com a comprovação do evento e documentos de habilitação correrão por conta dos interessados, salvo as diretamente realizadas pela CONTRATADA.

9.3. Se o pagamento da indenização devida ocorrer após o prazo de 30 (trinta) dias estipulados para a liquidação do sinistro, contados da entrega da documentação constante nos subitens 9.2.3.1 e 9.2.3.2, aplicar-se-á, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, correção monetária pelo índice estabelecido neste contrato, considerando-se a variação apurada entre o último índice publicado antes da data da exigibilidade da obrigação pecuniária e aquele publicado imediatamente anterior à data de sua efetiva liquidação, mais juros de mora de 6% ao ano a partir dessa data.

9.3.1. Os sinistros cujos pagamentos sejam efetuados dentro do próprio mês do evento não sofrerão correção.

9.3.2. Iniciada a vigência da cobertura, se o sinistro ocorrer dentro do prazo de pagamento do prêmio, sem que tenha sido efetuada até a data estipulada, o direito à indenização não ficará prejudicado.

9.4. O pagamento da indenização não deve estar condicionada a nenhuma restrição temporal adicional. Em quaisquer hipóteses os prazos previstos em lei serão analisados diante das situações concretas.

9.5. A tramitação do inquérito policial não é causa de indeferimento para o pagamento da indenização.

9.6. É vedado o condicionamento do pagamento da indenização à apresentação de documentos relacionados à tramitação e/ou conclusão de inquérito policial, o que não implica a proibição da solicitação desses documentos, quando existirem e quando forem necessários ao esclarecimento das circunstâncias do sinistro, para confirmação de cobertura técnica.

9.7. A CONTRATADA verificará somente a regularidade da representação quando o pagamento da indenização devido não for efetuado diretamente ao beneficiário, sem a exigência de alvará judicial.

9.8. Não serão exigidas certidões de nascimento atualizadas para fins de liquidação de sinistros.

9.9. No caso de invalidez parcial, o capital segurado será automaticamente reintegrado após cada sinistro.

10. Dos beneficiários

10.1. Cabe exclusivamente ao segurado nomear ou substituir seus beneficiários, através de documento escrito.

10.2. No caso de Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente, o próprio segurado será o beneficiário.

10.3. Se o segurado não renunciar à faculdade, ou se o seguro não tiver como causa declarada a garantia de alguma obrigação, é lícita a substituição do beneficiário, por ato entre vivos ou de última vontade.

10.3.1. Se a CONTRATADA não for cientificada oportunamente da substituição, desobrigar-se-á pagando o capital segurado ao antigo beneficiário.

10.4. Na falta de indicação expressa de beneficiário ou, se por qualquer motivo não prevalecer a que for feita, serão beneficiários aqueles indicados por lei:

a) para segurado casado ou em união estável, 50% ao cônjuge ou companheiro(a) devidamente reconhecido(a) na forma da lei, se houver, e 50% aos herdeiros legais, obedecida a ordem de vocação hereditária;

b) na falta dos herdeiros legais, será pago 100% da indenização ao cônjuge ou companheiro(a) devidamente reconhecido(a) na forma da lei;

c) na falta do cônjuge ou companheiro(a) devidamente reconhecido(a) na forma da lei, será pago 100% da indenização aos herdeiros legais do segurado, obedecida a ordem de vocação hereditária;

d) na falta de cônjuge, companheiro(a) devidamente reconhecido(a) na forma da lei, e herdeiros legais, respeitada a ordem de vocação hereditária, serão beneficiários os que provarem que a morte do segurado os privou dos meios necessários à subsistência.

10.5. É válida a instituição de companheiro como beneficiário, se ao tempo do

contrato segurado era separado judicialmente ou já se encontrava separado de fato.

10.6. Se não for exigida a apresentação do cartão proposta, deverá ser incluído no certificado individual informação de que cada segurado, a qualquer tempo, poderá expressamente designar ou substituir os beneficiários do seguro.

11. Da carência e franquia

11.1. Não haverá carência para o seguro de acidentes pessoais, exceto aquela prevista por lei ou no caso de suicídio ou sua tentativa, quando o referido período corresponderá a dois anos ininterruptos, contados da data de adesão ao seguro, ou de sua recondução depois de suspenso.

11.2. Não haverá franquia para os eventos decorrentes de acidente pessoal coberto por este seguro.

12. Do âmbito geográfico

12.1. Este seguro garante cobertura por 24 horas (vinte e quatro) horas do dia, para eventos ocorridos no território nacional.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA DA APÓLICE

A CONTRATADA deverá entregar a apólice, por meio do Protocolo Eletrônico do MPF, endereço eletrônico: protocolo.mpf.mp.br no prazo estipulado no item 17 da Cláusula Sexta – Das Obrigações da Contratada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O prazo para prestação do serviço será de 1 (um) ano ou 365 dias corridos e contados a partir da data estabelecida na Cláusula Décima – Da Vigência.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O fato da CONTRATADA deixar de entregar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos do contrato e da cobertura deste serviço, em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos, bem como a aplicação das penas previstas em lei.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

1. Prestar informações e esclarecimentos pertinentes e necessários que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA.

2. Emitir o aceite do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não estiver de acordo, por meio de notificação à CONTRATADA.

3. Efetuar os pagamentos à CONTRATADA nos prazos previstos na legislação em vigor, após o cumprimento das formalidades legais.

4. Processar mensalmente a relação dos segurados contendo nome completo, sexo, CPF, data de nascimento, data de admissão e encaminhar à CONTRATADA, por meio de correio eletrônico, até o segundo dia útil do mês subsequente.

5. Manter a CONTRATADA informada a respeito dos dados cadastrais dos segurados.
6. Fornecer ao segurado, sempre que solicitado, quaisquer informações relativas ao contrato de seguro.
7. Repassar os prêmios à CONTRATADA, nos prazos contratualmente estipulados.
8. Comunicar de imediato à CONTRATADA, a ocorrência de qualquer sinistro, ou expectativa de sinistro, assim que deles tiver conhecimento.
9. Notificar a CONTRATADA por escrito em caso de não conformidade sobre as irregularidades apontadas, para as providências do artigo 69 da Lei nº 8.666/1993, no que couber.
10. Nomear fiscal(is) do contrato, que ficará(ão) responsável(is) pela fiscalização e acompanhamento da execução do objeto contratado.
 - 10.1. A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.
 - 10.2. A fiscalização do contrato será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por servidor especialmente designado para assegurar o perfeito cumprimento do contrato.
 - 10.3. O representante da CONTRATANTE anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
 - 10.4. Estando em conformidade, os documentos de cobrança deverão ser atestados pela fiscalização do contrato e enviados ao setor competente para o pagamento devido.
11. Relacionar-se com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio de pessoa por ela formalmente indicada.
12. Assegurar o acesso de pessoal autorizado (devidamente identificado) da CONTRATADA, devendo tomar todas as providências administrativas que garantam o livre acesso.
 - 12.1. Para acessar as dependências da PRR-1ª Região, o profissional deverá apresentar na portaria do edifício o comprovante de vacinação completo ou, na falta deste, os documentos aceitos descritos na Portaria PGR/MPU nº 110, de 28 de outubro de 2021. (disponível em http://www.transparencia.mpf.mp.br/conteudo/diarios-e-boletins/boletim-de-servico-do-mpu-extras/2021/boletim-de-servico-do-mpu-extras_2021_Outubro_02.pdf).

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. Entregar a apólice, no prazo indicado pela CONTRATANTE, em estrita

conformidade com as especificações constantes deste Termo, e em consonância com as regulamentações da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e com a legislação vigente.

2. Manter durante todo o período de execução contratual, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para sua contratação.

3. Arcar com todas as despesas diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE.

4. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros em razão ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

5. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações.

6. Relacionar-se com a CONTRATANTE, exclusivamente, por meio do fiscal do contrato.

7. Indicar, formalmente, preposto devidamente credenciado, visando a estabelecer contatos com o representante da CONTRATANTE durante a vigência do contrato.

8. Cumprir todas as orientações da CONTRATANTE para o fiel desempenho das atividades especificadas e sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

9. Manter, quando nas dependências da CONTRATANTE, os empregados devidamente identificados, por meio de crachás, e uniformizados de maneira condizente com o serviço a executar, quando necessário, observando, ainda, as normas internas e de segurança.

10. Responsabilizar-se pelas despesas com todos encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais de seus empregados, os quais não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com a CONTRATANTE.

11. Disponibilizar uma conta e-mail para fins de comunicação entre as partes, e manter atualizados o endereço comercial e os números de telefone.

12. Comunicar, por escrito, eventual atraso ou paralisação dos serviços, apresentando razões justificadoras a serem apreciadas pela CONTRATANTE.

13. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços, devendo orientar seus empregados nesse sentido, os quais assinarão Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo - TCMS constante no Anexo I do Termo de Referência.

14. Responsabilizar-se por todo e qualquer acidente do trabalho, dano ou prejuízo causado ao patrimônio da CONTRATANTE ou de terceiros, decorrente da execução do serviço

contratado.

15. Apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido no contrato.

16. Permanecer como única e total responsável perante a CONTRATANTE, pela cobertura do seguro contratado, inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela qualidade e presteza no atendimento, principalmente quando da regulação dos sinistros porventura ocorridos e quanto ao pagamento da indenização devida.

17. Emitir a apólice e os certificados individuais no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da assinatura deste contrato, contendo número do certificado, capital segurado, data do início do risco, nomes do Estipulante e do segurado e menção à Cláusula Beneficiária, de conformidade com a legislação vigente.

18. Emitir novos certificados individuais – no prazo máximo de 15 dias – sempre que a CONTRATANTE comunicar inclusões por meio de e-mail.

19. Executar a prestação dos serviços de acordo com os prazos pactuados, logo após a comunicação do aviso de sinistro.

20. Disponibilizar canal de comunicação aos gestores da CONTRATANTE bem como aos segurados, por telefone, internet e atendimento personalizado através de um escritório ou representante situado na cidade de Brasília, ou que venha a implementar sua instalação no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de início da vigência do contrato, com toda a infraestrutura necessária para a sua perfeita execução, a fim de garantir comunicação eficaz e agilidade dos processos e sinistros.

21. Responder a qualquer solicitação feita pela CONTRATANTE em até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da solicitação.

22. Ofertar uma carteira personalizada para cada segurado contendo as informações básicas do seguro de vida, tais como: nº da apólice; data de vigência; nome e CPF do segurado.

23. Apresentar, em formato eletrônico, todas as documentações, inclusive aquelas referentes ao pagamento de notas fiscais, utilizando o Sistema de Protocolo Eletrônico do MPF (www.protocolo.mpf.mp.br).

24. Deverá a CONTRATADA atender e se adequar ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS VEDAÇÕES À CONTRATADA

1. Ter como sócios, gerentes, diretores ou administradores cônjuges, companheiros(as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros e servidores ocupantes de cargos de direção, chefia ou assessoramento do Ministério Público da União e dos Estados, sob pena de rescisão contratual.

2. Utilizar o nome da CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sem o consentimento prévio e por escrito da CONTRATANTE, sob pena de rescisão do contrato.

3. Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

4. Caucionar ou utilizar o contrato para quaisquer operações financeiras, sem prévia autorização da CONTRATANTE.

5. Reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços, sem o consentimento prévio e por escrito da CONTRATANTE.

6. Cobrar valores adicionais ao valor do contrato, tais como custos de deslocamento, alimentação, transporte, alojamento, trabalho em sábados, domingos, feriados ou em horário noturno, bem como qualquer outro valor adicional.

7. Permitir que seus empregados pratiquem a venda de quaisquer mercadorias e produtos nas dependências da CONTRATANTE, bem como que executem atividades incompatíveis com as previstas no contrato.

8. Retirar das dependências da CONTRATANTE qualquer equipamento, salvo por motivo de manutenção ou de substituição por similar ou de melhor tecnologia, mediante prévia autorização da CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

Os empregados e prepostos da CONTRATADA não terão vínculo empregatício com a CONTRATANTE, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar na época devida.

CLÁUSULA NONA – DO RECEBIMENTO

1. O objeto da presente contratação será recebido das seguintes formas:

1.1 **Provisória:** mediante recibo, imediatamente após efetuada a entrega, para posterior verificação da sua conformidade com a especificação.

1.2 **Definitiva:** mediante recibo, em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório e a verificação da perfeita execução das obrigações contratuais (qualidade e/ou quantidade, etc), ocasião em que se fará constar o atesto na própria nota fiscal/fatura.

2. O objeto entregue em desconformidade com o especificado no instrumento convocatório ou o indicado na proposta serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o

caso, e a CONTRATADA será obrigada a substituí-lo, a suas expensas, no prazo de 5 (cinco) dias contados da data de recebimento da notificação.

2.1 Essa notificação suspende os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado por períodos sucessivos, limitada sua duração a 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/1993.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As apólices, os certificados de seguro e os endossos terão seu início e término de vigência às 24 (vinte e quatro) horas das datas para tal fim neles indicadas.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Para a prorrogação da vigência contratual deverão ser preenchidos os requisitos enumerados a seguir, de forma simultânea:

1. Os serviços tenham sido prestados regularmente.
2. A CONTRATADA não tenha sofrido punição de natureza pecuniária por 3 (três) vezes na PRR-1ª Região, a cada período de vigência do contrato.
3. A CONTRATANTE ainda tenha interesse na realização do serviço.
4. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a CONTRATANTE.
5. A CONTRATADA concorde com a prorrogação.
6. A CONTRATADA mantenha as condições iniciais de habilitação.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A vantajosidade econômica para a prorrogação do contrato estará assegurada, dispensável a realização de pesquisa de preços, no interesse da CONTRATANTE, se o reajuste de preços tiver por base índice específico previamente definido no contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta do Elemento de Despesa 3.3.90.39, do Programa de Trabalho Resumido 172236, constante do vigente Orçamento Geral da União.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para cobertura das despesas relativas ao corrente exercício, foi emitida a Nota de Empenho nº 2022NE000XXX, de __/__/__, à conta da dotação especificada nesta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PREÇO

O valor mensal estimado deste contrato é de **R\$ XXXXX** (XXXXX), perfazendo o valor total anual estimado de **R\$ XXXXX** (XXXXX), conforme discriminado a seguir.

Item	Descrição	Quantidade estimada de segurados	Valor unitário por segurado (R\$)	Valor total mensal estimado (R\$)	Valor total anual estimado (R\$)
1	Seguro coletivo contra acidentes pessoais para os estagiários e voluntários em plena atividade na Procuradoria Regional da República 1ª Região – PRR1	144	XXXXX	XXXXX	XXXXX

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No valor descrito no *caput* estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas com materiais, mão de obra, cumprimento das leis sociais, fiscais, tributárias, previdenciárias e trabalhista, transporte, taxas, e demais valores e encargos necessários à perfeita execução do objeto.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os valores globais, bem como as parcelas mensais, poderão ter variação em função de mudança quantitativa no quadro de estagiários e voluntários da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FATURAMENTO

A CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal/fatura devidamente discriminada, em nome da Procuradoria Regional da República 1ª Região – PRR-1ª Região, CNPJ nº 26.989.715/0064-96, emitida após a entrega do objeto contratado, no prazo especificado, constando:

1. O CNPJ da empresa obrigatoriamente igual ao apresentado nos documentos da proposta, não se admitindo notas fiscais emitidas com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.
2. A descrição completa dos serviços e o mês de referência de sua prestação, sob pena de substituição da nota fiscal/fatura.
3. O número do contrato a que se referem os serviços.
4. O domicílio bancário da CONTRATADA (banco, agência e conta).

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Deverá a nota fiscal/fatura vir acompanhada das respectivas comprovações de regularidade junto à Seguridade Social – Certidão Negativa de

Débito, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), às Fazendas Federal, Estadual/Distrital e Municipal de seu domicílio ou sede e à Justiça do Trabalho – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei nº 12.440/2011.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar com a nota fiscal/fatura a devida comprovação a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Quando da emissão da nota fiscal/fatura, a CONTRATADA deverá destacar, após a descrição dos serviços, a importância referente à retenção do Imposto sobre Serviços, a título de “ISS a ser recolhido por substituição tributária”, conforme legislação vigente.

a) A inexistência do destaque de que trata o parágrafo anterior não impede a retenção por parte da CONTRATANTE.

PARÁGRAFO QUARTO – A CONTRATADA deverá utilizar o Sistema de Protocolo Eletrônico do MPF (disponível em <http://www.protocolo.mpf.mp.br>) para envio de documentação, incluindo notas fiscais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO PAGAMENTO

O pagamento à CONTRATADA será efetuado sob demanda do nº de estagiários e voluntários, em moeda nacional, em até 10 (dez) dias corridos a contar do recebimento da nota fiscal/fatura do mês de referência, por meio de depósito em conta-corrente, mediante ordem bancária.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Será juntada ao processo, antes de cada pagamento, comprovação a respeito da regularidade da CONTRATADA para com:

1. as Fazendas Federal (Receita Federal e Dívida Ativa da União), Estadual e Municipal do domicílio da CONTRATADA;
2. Seguridade Social (INSS – CND);
3. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS – CRF);
4. a Justiça Trabalhista (TST – CNDT).

PARÁGRAFO SEGUNDO – O pagamento poderá ser efetuado parcialmente na pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à CONTRATADA, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

PARÁGRAFO TERCEIRO – No caso da CONTRATADA apresentar nota fiscal/fatura com incorreções, o pagamento será suspenso até a correção ou a emissão de novo documento.

PARÁGRAFO QUARTO – Qualquer atraso acarretado por parte da CONTRATADA na apresentação da nota fiscal/fatura, ou dos documentos exigidos como condição para

pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação.

PARÁGRAFO QUINTO – A liberação para pagamento da nota fiscal/fatura ficará condicionada ao ateste do fiscal do contrato, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO SEXTO – Para efeito de pagamento, considerar-se-á paga a nota fiscal/fatura na data da emissão da ordem bancária.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A 1ª parcela será paga após a apresentação da Apólice e respectiva nota fiscal/fatura.

PARÁGRAFO OITAVO – O tipo de custeio de prêmio deste seguro será não-contributivo, aquele em que o ônus do seu pagamento recai totalmente ao estipulante.

PARÁGRAFO NONO – Fica convencionado que qualquer pagamento do capital segurado, prestação do serviço ou realização de reembolso por força do presente instrumento somente passa a ser devida depois que o pagamento do prêmio houver sido realizado, o que deve ser feito no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da nota fiscal/fatura.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Caso o arquivo com a movimentação mensal não seja enviado até a data estipulada no item 4 da Cláusula Quinta – Das Obrigações da Contratante, a fatura será emitida com base nas informações da fatura anterior, sendo os eventuais acertos efetuados na fatura seguinte.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Se a data limite para o pagamento do prêmio à vista coincidir com dia que não haja expediente bancário, o pagamento poderá ser efetuado no primeiro dia útil que houver expediente bancário.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Nos casos de eventuais atrasos de pagamentos, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será de 6% a.a (seis por cento ao ano), calculada mediante a aplicação da seguinte expressão:

$$EM = I \times N \times VP$$

onde:

EM = encargos moratórios;

I = Índice de atualização financeira = 0,0001643;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela a ser paga.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Quando do pagamento da nota fiscal/fatura, será efetuada a retenção dos valores correspondentes a tributos e contribuições sociais, nos termos legais.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – Serão deduzidos dos créditos da CONTRATADA os valores relativos a multas e juros de mora de tributos e contribuições sociais, decorrentes de entrega de faturamento em atraso.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – A CONTRATANTE, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas por esta.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO REAJUSTE

O preço inicialmente contratado dos serviços poderão ser reajustados mediante prévia negociação entre as partes, observados os preços praticados no mercado, o reajuste do orçamento anual do MPF, bem como a periodicidade mínima de 01 (um) ano, contada da data de apresentação da proposta ou, no caso de novo reajuste, a data a que a anterior tiver se referindo, tendo como limite máximo a variação do IPCA/IBGE, ou em conformidade com outros dispositivos legais que venham a ser editados pelo Poder Público.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O interregno mínimo de um ano para o primeiro reajuste de preços será contado da data da apresentação da proposta.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de um ano será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A CONTRATADA poderá exercer, perante a CONTRATANTE, seu direito ao reajuste de preços até a data da prorrogação contratual subsequente.

PARÁGRAFO QUARTO – Os reajustes serão precedidos de solicitação da CONTRATADA, apresentando a variação do índice indicado no período entre o mês da apresentação das propostas e os onze meses seguintes.

PARÁGRAFO QUINTO – Os reajustes a que a CONTRATADA fizer *jus* e não forem solicitadas durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

PARÁGRAFO SEXTO – Os novos valores contratuais decorrentes do reajuste de preços produzirão efeitos a partir da assinatura do apostilamento ou do termo aditivo.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Será permitida a inclusão do reajuste de preços em eventual termo aditivo que vise à prorrogação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ALTERAÇÃO

Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados no artigo 65 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e as supressões que se fizerem necessários, de acordo com as necessidades da CONTRATANTE, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial da contratação.

PARÁGRAFO ÚNICO – As partes poderão celebrar acordo para supressão além do limite estabelecido no caput, conforme estipulado no inciso II do § 2º do artigo 65 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FUSÃO, CISÃO OU INCORPORAÇÃO

A associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação devem ser, previamente, comunicadas à CONTRATANTE para que esta delibere sobre a adjudicação do objeto ou manutenção do contrato, sendo essencial para tanto que a nova CONTRATADA comprove atender a todas as exigências de habilitação previstas no termo de referência e neste contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO CONSÓRCIO

Não há necessidade de consórcio devido ao pequeno porte da contratação, a qual pode ser suportada por apenas uma empresa sem a necessidade de auxílio técnico ou operacional de outras empresas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES

Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/1993 e da Lei nº 10.520/2002, quando:

- a) inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo;
- e) cometer fraude fiscal;

f) não mantiver a proposta.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Caso cometa qualquer das infrações discriminadas no *caput* ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE.

2. Multa moratória por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, a ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial, nas seguintes hipóteses:

2.1. 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado das obrigações estabelecidas no contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

3. Multa compensatória de 5% (cinco por cento) no caso de inexecução parcial, e 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do objeto contratado sobre o valor total do contrato.

3.1. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

5. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As sanções previstas nos itens 1, 4, 5 e 6 poderão ser aplicadas cumulativamente ou não às penalidades dos itens 2 e 3.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Também ficam sujeitas às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/1993, as empresas e os profissionais que:

1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos.

2. Tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

PARÁGRAFO QUARTO – A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993, e

subsidiariamente a Lei nº 9.784/1999.

PARÁGRAFO QUINTO – A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

PARÁGRAFO SEXTO – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Desconto do valor da multa – o valor da multa será automaticamente descontado dos créditos que a CONTRATADA vier a fazer jus perante a CONTRATANTE, e se for superior aos créditos, deverá ser pago por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU em até 15 (quinze) dias corridos contados da notificação, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês em caso de atraso, poderá ainda ser abatido do valor da garantia de execução do contrato, se houver, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO OITAVO – A aplicação das sanções previstas nos itens 1, 2 e 3 do *caput* é de competência exclusiva do(a) Secretário(a)-Regional da PRR-1ª Região, conforme inciso VIII do artigo 41 do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal.

PARÁGRAFO NONO – A aplicação da sanção prevista nos itens 4 e 5 do *caput* é de competência exclusiva do (a) Procurador(a)-Chefe da PRR-1ª Região, conforme inciso XIII do artigo 33 do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal.

PARÁGRAFO DÉCIMO – A aplicação da sanção prevista no item 6 do *caput* é de competência exclusiva do(a) Procurador(a)-Geral da República, conforme inciso XXXIII do artigo 6º do Regimento Interno Diretivo do Ministério Público Federal.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Os atos administrativos de aplicação das sanções previstas nos itens 4, 5 e 6 do *caput*, bem como a rescisão contratual, serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DOS RECURSOS

Da aplicação das penalidades previstas nos itens 1, 2, 3, 4 e 5 do *caput* da Cláusula das Sanções, poderão ser interpostos recursos no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, conforme a alínea “f” do inciso I do artigo 109 da Lei nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Da decisão que impuser as sanções previstas nos itens 1, 2 e 3 do *caput* da Cláusula das Sanções, caberá recurso dirigido ao(à) Procurador(a)-Chefe da PRR-1ª Região, por intermédio do(a) Secretário(a) Regional, que poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, ascendê-lo ao(à) Procurador(a)-Chefe da PRR-1ª Região, devidamente informado.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O(A) Procurador(a)-Chefe da PRR-1ª Região decidirá em 05 (cinco) dias úteis.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Da decisão que impuser as sanções previstas nos itens 4 e

5 do *caput* da Cláusula das Sanções, caberá recurso dirigido ao(à) Secretário(a)-Geral do MPF, por intermédio do(a) Procurador(a)-Chefe da PRR-1ª Região, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, ascendê-lo ao(à) Secretário(a)-Geral do MPF, devidamente informado.

PARÁGRAFO QUARTO – O(A) Secretário(a)-Geral do MPF decidirá em 05 (cinco) dias úteis.

PARÁGRAFO QUINTO – No caso da penalidade prevista no item 6 do *caput* da Cláusula das Sanções, caberá pedido de reconsideração ao(à) Procurador(a)-Geral da República, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato, conforme o inciso III do artigo 109 da Lei nº 8.666/1993 e o inciso XXXIII do artigo 6º do Regimento Interno Diretivo do Ministério Público Federal.

PARÁGRAFO SEXTO – Na hipótese prevista pela alínea “e” do inciso I do artigo 109 da Lei nº 8.666/1993, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação do ato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

A inadimplência total ou parcial às cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, por parte da CONTRATADA, assegurará à CONTRATANTE o direito de rescindi-lo, sem prejuízo das consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme artigo 77 da Lei nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ficará o presente contrato rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Ficará o presente contrato rescindido por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/1993 e nas demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA VALIDADE

Este contrato somente terá validade depois de aprovado pelo(a) Procurador(a)-Chefe desta PRR-1ª Região e publicado seu extrato no Diário Oficial da União.

PARÁGRAFO ÚNICO – Correrão por conta da CONTRATADA as despesas que incidirem ou venham a incidir sobre o contrato, exceto a publicação de seu extrato no Diário Oficial da União, que deverá ser providenciada pela CONTRATANTE na forma do artigo 20 do

Decreto nº 3.555/2000.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DO FORO

O FORO da cidade de Brasília/DF é o competente para dirimir quaisquer dúvidas que vierem a surgir no cumprimento das obrigações aqui estabelecidas.